

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**TURISMO E MEMORIALIDADE: ASPECTOS DA
ARQUITETURA DE IMIGRAÇÃO EM SILVEIRA
MARTINS-RS/BRASIL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rafael Egidio Ruviaro

SANTA MARIA, RS, Brasil

2011

**TURISMO E MEMORIALIDADE: ASPECTOS DA
ARQUITETURA DE IMIGRAÇÃO EM SILVEIRA MARTINS-
RS/BRASIL**

Rafael Egidio Ruviaro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

Orientador: Professor Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**TURISMO E MEMORIALIDADE: ASPECTOS DA ARQUITETURA DE
IMIGRAÇÃO EM SILVEIRA MARTINS-RS/BRASIL**

elaborada por
Rafael EgidioRuviano

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA

**Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr.
(Presidente/Orientador – UFSM)**

Marcelo Ribeiro, Dr. (UFSM)

Marutschka Moesch, Dr^a. (UnB)

Santa Maria, 13 de julho de 2011

AGRADECIMENTO

À todos os que acreditam no passado, como referência a um destino cada vez mais fortunoso para a humanidade.

Ao meu avô, Egídio Costa Beber, por me fazer saber e sentir que, com este trabalho estou guardando um pouco da memória de Silveira Martins, terra dele e de toda nossa gente. Agradeço-lhe pelas tardes em que sentava-me à frente da nossa casa, à sua companhia, quando apontando-me as casas discorria sobre os acontecimentos e fatos marcantes de cada um dos imóveis, bem como abordava com detalhamento toda a estética (e também, por várias vezes, a ética) dos personagens das histórias que me contava.

E com refinamento de detalhes, eu via (em minha mente) as casas com este olhar, ou seja, o olhar de quem imaginava estes fatos como se estivesse lembrando deles. Lembrando de algo que tivesse vivenciado.

“A cidade não conta o seu passado. Ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, cada segmento riscado dos arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”

(Ítalo Calvino – As cidades invisíveis)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

TURISMO E MEMORIALIDADE: ASPECTOS DA ARQUITETURA DE IMIGRAÇÃO EM SILVEIRA MARTINS-RS/BRASIL

AUTOR: RAFAEL EGIDIO RUVIARO

ORIENTADOR: PROFESSOR CARYL EDUARDO JOVANOVI
CH LOPES

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de julho de 2011.

O presente trabalho, realizado com a comunidade do município de Silveira Martins-RS, é resultado de uma pesquisa que objetivou descobrir, interpretar e registrar dados sobre os imóveis de relevância histórica deste município, resultando em um trabalho que aborda não só sobre dados físicos dos imóveis levantados, mas sobre histórias de famílias, '*causos*', acontecimentos importantes e muitos outros fatos de genuinidade relevante. Utilizando o método da história oral, para apreender informações sobre vinte imóveis considerados de relevância histórica, considerando como critérios apenas a localização (área urbana) e a tipologia (arquitetura civil), e uma pesquisa bibliográfica que possibilitou um recorte teórico que aborda como a apreensão, interpretação e publicação dos dados coletados pode dinamizar a comunidade e os visitantes/turistas a conservarem o patrimônio edificado, conferindo-lhe uma importância que transcende o significado fisicamente materializado, considerou-se que a interpretação patrimonial através da oralidade e de sua utilização como recurso para o desenvolvimento turístico pode ser uma forma alternativa de preservação do patrimônio histórico, já que lhe confere importância além do seu valor material. Uma importância sentimental. A pesquisa também documenta dados sobre a data das construções e suas modificações no percurso do século XX, tendo em vista a não existência de dados oficiais sobre os imóveis, e encerra propondo uma crítica ao tema âncora do trabalho, ou seja, o Patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, patrimônio, memória e turismo.

ABSTRACT

Master Dissertation

Postgraduate Program in Professional Cultural Patrimony

Federal University of Santa Maria, RS State, Brazil

TURISMO E MEMORIALIDADE: ASPECTOS DA ARQUITETURA DE IMIGRAÇÃO EM SILVEIRA MARTINS-RS/BRASIL

AUTHOR: RAFAEL EGIDIO RUVIARO

ADVISOR: PROF. DR. CARYL EDUARDO JOVANOVIČH LOPES

Date and place of Dissertation Defense: Santa Maria, July, 13th 2011.

The present study is the result of a research involving the community of Silveira Martins – RS It's aimed to investigate, interpret and register data about historically relevant buildings in the region. It presents information not only about the building's architectural structure but also involves family's stories, local tales and relevant facts about the community's culture. Data about twenty local historical buildings was gathered by interviewing the local population taking into consideration not only the geographic location and architecture features but also their personal stories in relation to the premises. A literature search revealed the importance of public awareness and that the availability and interpretation of the data related to these buildings have the power to mobilize both the community and the visitors to preserve and share their heritage by attaching a significance that goes beyond the historical one to include cultural personal value to the structures. The research also include data about construction and renovations throughout the 20th century and finishes by discussing the key point of the study: Our historical heritage.

KEY-WORDS: Architecture, patrimony, memory and tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edificação do Açougue do Povo	35
Figura 2 – Edificação da Casa de Saúde Madre Imilda	36
Figura 3 – Edificação de Giacomo Paleze	38
Figura 4 – Monumento à Giuseppe Garibaldi	40
Figura 5 – Edificação da Rodoviária	41
Figura 6 – Edificação de Aurélia Cielo	43
Figura 7 – Edificação de Gino Bovolini	44
Figura 8 – Edificação de Nida Costa Beber	45
Figura 9 – Edificação do Salão Paroquial	47
Figura 10 – Edificação da Barbearia Tolfo	48
Figura 11 – Edificação do Centro Cultural Bom Conselho	49
Figura 12 – Edificação de Rui e Rubi Bianchi	51
Figura 13 – Obelisco do Cinquentenário	52
Figura 14 – Sobrado das Irmãs	54
Figura 15 – Edificação do Café Silmar	55
Figura 16 – Edificação da Família Sagrillo	57
Figura 17 – Edificação da Koisarada	58
Figura 18 – Edificação da Padaria Rizzatti	59
Figura 19 – Edificação da Societtá Italiana di Muttuo Soccorso Umberto I	61
Figura 20 – Edificação da Casa Paroquial	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ASPECTOS DE UMA EXPRESSÃO CULTURAL NO RIO GRANDE DO SUL	13
1.1 A (com)formação de uma Nação Platina.....	13
1.2 A imigração no Rio Grande do Sul: Silveira Martins como uma Região de Memórias.....	16
1.3 Silveira Martins e a Quarta Colônia – Patrimônio Cultural e Destino Turístico.....	18
2 SILVEIRA MARTINS/RS – PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO BRASILEIRO.....	23
2.1 Método de Abordagem.....	23
2.2 Causas da existência de um patrimônio histórico cultural edificado.....	26
2.3 Interpretação patrimonial e turismo como forma de preservação do Patrimônio.....	29
2.4 Resultados da Pesquisa Oral.....	34
3 TURISMO E MEMORIALIDADE EM SILVEIRA MARTINS.....	64
3.1 Arquitetura para a Memória e para o Turismo.....	64
4 PATRIMÔNIO MATERIAL, PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE.....	77
4.1 Crítica ao patrimônio.....	77
4.2 Proposta de Intervenção.....	87
4.2.1 Ação Educativa para a preservação do patrimônio: proposta de promoção da importância do patrimônio cultural.....	87
4.2.2 Turismo como Ação Educativa: recuperação do olhar sobre a cidade como Lugar de Memória.....	87
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA.....	95
ANEXOS.....	100

PREFÁCIO

Guimarães Rosa, citado por Rubem Alves, disse:

“[...] A coisa não está no outro lado, na chegada; ela esta na travessia, enquanto se vai indo[.]”

Com isso, se diz que este trabalho que fala do passado no presente, já é passível de virar passado! Pois desde que o homem tratou de estar “sempre aprendendo”, a cada dia sabe coisas novas e diferentes, e com isso “sabe que nada sabe”, assumindo estar “sempre em construção”.

Com isso, não consideramos o passado, as convicções, as opiniões, o conhecimento ou os conceitos como algo estático, atingido.

Neste sentido, tratando o patrimônio como registro histórico da humanidade, que referencia o futuro, em pleno presente, este trabalho torna-se um importante registro do patrimônio arquitetônico de Silveira Martins, não sendo o único, e talvez nem o primeiro com esta abordagem. Porém, abrindo um precedente para a preservação da memória deste lugar, através da preservação da arquitetura.

INTRODUÇÃO

Buscar no passado as referências para o futuro. Este é o papel do patrimônio cultural, ou seja, de todos os registros feitos e deixados pela mão do homem no mundo. Quando se pensa em salvaguardar um patrimônio, quer seja ele da comunidade, da família, enfim, independente da sua abrangência, ele sempre tende a representar algo bom, algo de valor. Um valor positivo, e que pode ser representativo para a identidade das pessoas e dos lugares. É por isso que se quer guardá-lo, que se quer lembrar dele.

O patrimônio, que neste caso é abordado como o patrimônio cultural, nos é dado pela abordagem moderna do termo, vinculado aos interesses do estado, que mesmo tendo o dever, nem sempre considera promover ações que sejam (ou estejam) de acordo com os interesses da sociedade.

Felizmente, novas intenções sobre o tema sinalizam uma consideração mais abrangente do conceito de patrimônio e de seu significado perante o estado e a sociedade capitalista.

Estes conceitos são discorridos neste trabalho, que além de discuti-los propõe a consideração do município de Silveira Martins/Rio Grande do Sul, Berço da Quarta Colônia de Imigração Italiana do estado, como Patrimônio Cultural Brasileiro, atendendo a importância de seus aspectos arquitetônicos, como registros de um período social, econômico e cultural vivenciado na comunidade.

Neste aspecto, vai mais longe e através da etnometodologia, resgata pela técnica da história oral, fatos e acontecimentos vivenciados nos objetos de relevância arquitetônica, ou seja, nos imóveis que compõe o cenário urbano de Silveira Martins, num recorte de 20 imóveis, considerados locais significativos para a memória da comunidade, por acolheram estabelecimentos comerciais ou terem pertencido à pessoas importantes do local, ou ainda pertencerem ao uso comunitário, tais como o Centro Cultural Bom Conselho (antigo internato) e o Salão Paroquial.

A pesquisa objetiva resgatar e compartilhar com a comunidade alguns acontecimentos do cotidiano, que ainda são lembrados em rodas de conversa, virando até *anedotas*, ou associados a coisas que acontecem no dia-a-dia da comunidade, e que frequentemente são comparados com fatos do passado, onde se

consideram dois elementos importantes: o personagem e o cenário, ou seja, o local onde se deu o acontecimento. Estes locais geralmente são residências ou estabelecimentos comerciais, e muitos deles existem até hoje, sendo lugares de memória, o que permite considerar que a memória oral da comunidade pode conferir um valor aos imóveis além da sua importância material/arquitetônica, já que tratam-se (a arquitetura de imigração) de edificações simples, despojadas, e que não mais atendem as necessidades modernas do cotidiano das pessoas, limitando o conforto de seus moradores, além de, conforme se considera no capítulo quatro, este patrimônio edificado ser o reflexo do atraso econômico do local, ou ainda, representar a ingloria, como dizem muitos, de ser “Silveira Martins, a colônia que não deu certo”.

Para isso, a pesquisa estrutura-se em quatro partes. A primeira faz um breve relato sobre a colônia italiana de Silveira Martins e sua origem, considerando a sua concepção histórica como subsídio para tornar-se patrimônio cultural e destino turístico. Na segunda, esclarece-se a metodologia utilizada para a busca dos resultados da pesquisa de campo, ou seja, a coleta de informações com os moradores locais através da história oral bem como as causas para a preservação deste patrimônio, onde aborda-se a sua relevância, bem como as causas de sua existência, permitindo condicionar o patrimônio cultural de Silveira Martins como relevante registro da história brasileira.

A terceira parte abre a consideração da importância da arquitetura de imigração e o contexto onde está inserida, para esta ser considerada patrimônio cultural, traz à tona alguns aspectos conceituais sobre o patrimônio e o modelo social, e o turismo e a educação, como instrumentos consolidadores da preservação deste patrimônio.

A quarta parte considera algumas obras que também tratam de Silveira Martins como “Patrimônio Cultural”, faz uma crítica ao significado do patrimônio, considera que, para fins da história e da memória de Silveira Martins, seu patrimônio constitui-se a cada dia, e objetivamente os imóveis que conformam o centro histórico do município representam muito do (e para o) passado da comunidade, conforme se observa nos resultados da pesquisa de campo, e ainda apresenta algumas propostas de intervenção, abordando o patrimônio, o turismo e sua relação com a educação, podendo ser tanto objeto como ação para a processos educativos capazes de promoverem uma reflexão social do presente, com referenciais no

passado.

Finalmente, conclui-se que não há conclusão para a busca de ações que possam relegar às gerações futuras a importância do patrimônio arquitetônico de Silveira Martins, mesmo que possivelmente, em alguns casos, ele não represente algo bom e seja desconsiderado pela comunidade como objeto de valor ou de identidade.

1. ASPECTOS DE UMA EXPRESSÃO CULTURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Situando o município de Silveira Martins histórico-culturalmente, tratando-o não só como cidade histórica, mas também como importante destino turístico da Região Central do Rio Grande do Sul, este capítulo insere o município no contexto da Ex-Colônia Silveira Martins (atual Quarta Colônia), revelando parte da história do local como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico do município.

1.1 A (com)formação política da (de uma) Nação Platina

Buscando contextualizar o tema desta proposta com a história do Brasil, é necessário posicionar-se de forma parcial sobre as considerações que são ditas e re-ditas sobre o passado que acolhe o objeto de estudo e os registros históricos da formação das nações do continente americano, evidenciando os países que integram a Região Platina, o Rio Grande do Sul e o próprio Brasil.

Na dificuldade de se encontrar uma relação mais evidente, trabalhou-se com a convicção de que o patrimônio cultural arquitetônico preservado no município de Silveira Martins-RS/Brasil deu-se por um processo de estagnação econômica. O motivo desta estagnação é o que agora cativa, onde tenta-se verificar se ela está associada a uma luta de poder entre pseudo ideologias pré-existentes entre as classes dominantes da época, detentoras do poder central, e de caráter positivista, então mantenedor das ações que conduziram o destino político do já conformado território brasileiro.

A fim de se consolidar uma explicação mais clarividente e específica, cita-se o fato de que Gaspar Silveira Martins opôs-se ao modelo de gestão governamental proposto pela recém proclamada república, já que além de defendê-la com um modelo parlamentarista, preliminarmente à proclamação do sistema federativo, acertava detalhes para a transição que findaria com o regime monárquico de forma parcimoniosa, e não como se deu a construção dos fatos que se conhece e que a história promove hoje. Pode-se afirmar com isso que, se os rumos fossem outros, os

heróis da república, se é que necessitar-se-iam de tais, seriam outros. Um deles, e talvez o principal, seria Silveira Martins.

Neste caso, pode-se citar os arrolamentos seguintes à este movimento imaturo, no caso a proclamação de 1889 (apenas pela sua forma de transferência, pois o país já possuía consciência da necessidade desta transformação), tal como a Revolução Federalista de 1893, considerada o mais sangrento, inescrupuloso e degradante enfrentamento armado entre civis e o poder central ocorrido no Brasil.

Sem dúvida que locais que possuíssem nomes que homenageassem os “revoltosos ao governo instituído” seriam desconsiderados pelo próprio, já que os próprios “patronos” destes territórios foram exilados, tal como Gaspar Silveira Martins, que após ser exilado em Paris com a Corte de Dom Pedro II em 1889, morreu no exílio em Montevideú (novamente exilado, como desertor da ordem social), em 1901, por ser considerado o mentor e consolidador da revolução de 1893, mesmo que alguns registros afirmem que o próprio sempre defendeu que ‘este enfrentamento deveria ser dialogal e ideológico’, o que realmente seria um antagonismo ante os resultados obtidos por esta divergência entre os modelos políticos defendidos. Diz-se que Silveira Martins, defendendo um enfrentamento político-ideológico pacífico, teria perdido o controle frente a seus correligionários, que empunharam as armas para estabelecer uma nova ordem política. Os resultados foram muitas mortes, um novo exílio e a manutenção, no país, até hoje, do regime republicano federalista.

Pois aí está uma consideração que merece reflexão ao se considerar o motivo da preservação do patrimônio cultural arquitetônico de Silveira Martins, objeto de estudo desta dissertação, e que neste caso recolhe-se ao entendimento de que realmente a história se faz para e por quem possui o poder. O que se entende aqui é que nem sempre esta história é grafada, e por este motivo acaba-se por legar às gerações futuras apenas o registro de parte dos fatos, o que se entende ser o julgamento de quem possuía o poder, elaborando *anais* parciais, preconceituosos e interesseiros, e que nada mais são além do relato de quem tem o poder, sobre e para si mesmo.

Neste caso em questão, tem-se o claro entendimento de que a turbulência que instabilizou a região platina com revoltas e reações aos governos instituídos no século XIX deram-se por descontentamentos de uma classe para com ela mesma, e que mal resolvidas (pode-se considerar a Revolução Farroupilha), refletiram nas

décadas posteriores novos movimentos de insatisfação com as instituições dos estados nacionais consolidados.

Para tal, permite-se afirmar que o passado que é legado, ou seja, a base daquilo que se considera memória coletiva, e que subsidia o patrimônio cultural da humanidade, está baseado nas referências de uma historiografia que, conceitualmente, por ser seletiva e destinada à prover às gerações futuras demasiadas referências apenas de quem a suscita, revela-se tal qual como sabe-se e vem-se apreendendo, remetendo a sociedade à reagir às atuais conjecturas, a fim de construir um patrimônio mais democrático e que evidencie como protagonista toda a sociedade, seja ela atual ou histórica, e não apenas as sociedades ditas “de interesse”.

Esta situação é um sinal claro de que a cultura (neste caso considerando a cultura clássica, escrita, dos livros), ao subsidiar o “patrimônio” de uma sociedade reitera uma unidade deste patrimônio em grupos, em comunidades, em “nações”. Neste caso, não se permite considerar situações de sobreposição às elites dominantes e detentoras do poder, e para tal questiona-se de quem, fatidicamente, é este poder, percebendo que há um poder discursivo, que se constrói por fatos criados intencionalmente e despejados sobre a sociedade por intervenção do estado, criados por esta e para a “classe dominante”, como descreveu-se anteriormente. Por outro lado, observa-se a existência de um poder real, fatídico, materializado por atos e construído por muitas gentes, que se dá espontaneamente, que de fato constrói/formata grupos de pessoas por afinidades de relações comuns entre si, e que está relegado da historiografia oficial, mas confrontando-se com o que estava sendo posto como verdade única.

Este é o esteio que ainda une os irmãos platinos. Esta é a história que ficou para ser escrita. O curso dos discursos produziram caminhos diferentes. Talvez não seja possível construí-la, mas isso não é o objetivo desta discussão. Enfim, ao longo do tempo, por qualquer que seja o caminho, sempre há algo que fica, algo que se esvai e algo que se reconstrói. Neste caso, os casarios de Silveira Martins podem ser considerados algo que ficou como registro de algo que se foi, e que precisa ser reconstituído para ser usado como referência ao entendimento de nossas atuais conjecturas sociais e econômicas. Este é um dos sentidos da existência do patrimônio.

1.2 A Imigração no Rio Grande do Sul: Silveira Martins como uma Região de Memórias

Por ser considerada uma região de conflitos territoriais, e por ter áreas de terras com relevos inadequados à criação do gado¹, ou seja, áreas de serranias em transição geográfica com as extensas pastagens pampeanas, e ainda por já ter sido palco de inúmeros movimentos por conquista e defesa entre portugueses e espanhóis, o Rio Grande do Sul apresentou-se no início da segunda metade do século XIX como uma área do espaço nacional passível de ser perdida, já que custou tanto aos portugueses, e depois ao país, tê-la como área integrada ao mapa brasileiro.

Entre estes fatores (terras devolutas e região de litígios de fronteira), outros podem ser evidenciados para justificar a vinda de imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul, tal como a origem italiana da Imperatriz Dona Tereza Cristina, ou mesmo, e tão somente, a desgraça que assolava as classes minoritárias na Itália neste período, tomada pela exacerbação do individualismo capitalista que avassalava os proprietários de terra², explorando os pequenos produtores em sua relação de trabalho por contratos de arrendamento de terras, de tal maneira que viver no campo tornava-se insustentável, ou ainda, tal como estavam sendo explorados em todo mundo, e também na Itália que se modernizava, os operários das plantas industriais, completando o quadro desolador e impróprio para a dignidade da valorosa comunidade italiana³.

A vinda para o Brasil, um dos inúmeros países do mundo que se oferecia para receber imigrantes seria uma opção bem sucedida e que, conforme propagandeavam os agentes de viagens, seria o local onde se ganhariam terras, casa, instrumentos de trabalho, sementes, assistência e incentivos. A escolha era óbvia. E vieram muitos, para muitos lugares do Brasil, especialmente na metade sul, para o Rio Grande do Sul.

Vinha-se em busca de uma vida melhor.

¹ Terras Devolutas: que significa Terras Devolvidas ao governo pelos fazendeiros, que não tinham interesse nas mesmas, já que ali não se podia criar o gado vacúm.

² Ver filme L'Albero degli Zoccoli.

³ Ver filme I Compagni.

A concepção de que a colonização italiana foi bem sucedida é a tônica geral dos relatos dessa. Contudo, ao se observar a auto-imagem que os imigrantes possuem, nem sempre essa relação é similar. Em Silveira Martins, as virtudes pioneiras atribuídas aos descendentes não se expandem ao lugar, sendo considerada por muitos descendentes como uma colonização fracassada em comparação com Caxias do Sul, por exemplo. As causas atribuídas ao fracasso são muitas, contudo o sucesso dos pioneiros em fazer a terra produzir não diminui com isto e nem o orgulho de sua ascendência. Entre as causas do fracasso do lugar, existem as explicações místicas, como a maldição do padre Sório, por exemplo, bem como as influências estruturais advindas da política nacional que desmembrou a colônia, fragmentando seu poder de expansão. (ZANINI. 2006. p. 128)

Sob esta perspectiva é que se dão as memórias de Silveira Martins. O fracasso citado por Zanini (2006) é o “fato” que promoveu a preservação do acervo arquitetônico do local. Dito isso, ele está associado, numa primeira análise, com algo ruim, incitando que seu desaparecimento é também uma forma de apagar um passado indesejado, de atraso econômico e reclusão social.

Qual então, se questionarão muitos, o tamanho do desafio em reverter essa ótica sobre o patrimônio arquitetônico de Silveira Martins se ele não é, na visão da comunidade, a expressão de seu apogeu na terra prometida? O que fazer com as lembranças que os representam como perdedores? Qual a estratégia para a reversão desta concepção?

Como fazer para não perder uma significativa referência do passado de Silveira Martins ao se considerar que o acervo existente representa a evolução social da comunidade, por mais pequena que ela tenha sido, e não um insucesso como muitos vêem?

Está aí Silveira Martins, fruto da imigração italiana ocorrida no Brasil e no Rio Grande do Sul, e hoje guardião da memória nacional, conforme as considerações desta pesquisa. No entanto, pondera-se sobre quais as possibilidades para que este olhar que a comunidade possui possa ser alterado, a fim de que o patrimônio cultural deixe de representar o insucesso e transforme-se em instrumento de novas perspectivas de desenvolvimento, que buscarão novamente um apogeu que, para muitos, talvez nunca tenha ocorrido.

Será o turismo uma opção?

1.3 Silveira Martins e a Quarta Colônia – Patrimônio Cultural e Destino Turístico

Na década de 1870 iniciou-se no Brasil a imigração italiana, semelhante à ocorrida cinco décadas antes (1820) com os alemães. Diferentemente do que aconteceu nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, as levas de imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul tinham como objetivo, na visão do Governo Imperial, não substituir mão de obra escrava, mas sim povoar para salvaguardar fronteiras na litigiosa região sulina. Essa ocupação se daria através da entrega de terras devolutas aos imigrantes, como já havia ocorrido em 1857, na Região Central, com a vinda de alemães para a recém criada Colônia Santo Ângelo (municípios de Agudo, Cerro Branco, Novo Cabrais e Paraíso do Sul/RS).

Em 1875, foram criadas no Rio Grande do Sul, na região da Serra Gaúcha três colônias⁴, que correspondem aos atuais municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, e no mesmo ano, uma na região Centro do estado, que originou o município de Silveira Martins. As três primeiras colônias da Serra foram criadas para receber os colonos italianos e a do Centro da província para receber eslavos (russos-alemães), tendo em vista, possivelmente, a já existência de etnias não latinas na região, como na colônia Santo Ângelo⁵.

Porém, os eslavos assim como iam chegando foram saindo por não terem se adaptado, e em 1878, deixaram definitivamente o local, povoando a região Noroeste do estado.

Conforme Zanini (2006, p.109) citando o Cônsul Italiano em 1914, Umberto Ancarani, “[...] a chegada dos primeiros italianos e seu encontro com os imigrantes “polacos”, que por terem contraído doenças contagiosas e de não se adaptarem ao lugar, abandonavam as terras que os recém-emigrados da Itália iriam tentar ocupar;” onde “[...] o triste encontro causou profunda consternação naquela gente itálica.”

⁴ As colônias da Serra Gaúcha chamavam-se Campo dos Bugres (Caxias do Sul), Conde D’Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves). A Colônia Silveira Martins, hoje compreendida na microrregião da Quarta Colônia de Imigração Italiana teve dois nomes primitivos, sendo primeiramente Città Nuova, e logo depois, Città Bianca.

⁵ Sabe-se que a Colônia Santo Ângelo, criada em 1857, para receber imigrantes alemães, teve sua sede no que corresponde hoje ao município de Agudo.

Desta forma, com a saída dos “polacos”, a partir de 1876 começaram a vir para a colônia do centro da província os imigrantes italianos, dando início ao encontro citado acima. Esses “colonos”, que inicialmente povoariam as colônias da Serra, acabaram por formar a Quarta Colônia Italiana do Rio Grande do Sul, tendo como irmãs as colônias serranas.

Ao chegarem, Zanini (2006, p.109) conta que os imigrantes “estabeleceram-se em baixo do monte, ao pé da serra, denominado posteriormente Val de Buia, de onde, após alguns meses, transformaram-se em colonos.”

A colônia passou a se chamar Cittá Bianca e logo Cittá Nuova, tendo status de município, mesmo não o sendo oficialmente, e possuindo diversos núcleos, que hoje compõem quatro cidadelas vizinhas à Silveira Martins (Ivorá, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine [Vale Vêneto] e Nova Palma). Quando da proclamação da República em 1889, Cittá Nuova já se chamava Silveira Martins, sendo uma homenagem ao bem falado senador que defendia a imigração no país.

Gaspar Silveira Martins, nascido em Bagé e protagonista de uma carreira política invejosa, foi exilado em Paris juntamente com toda a família real e grande parte da Corte Brasileira por determinação do golpe militar do Mal. Deodoro da Fonseca, que proclamou a república. Este fato resultou na extinção do então futuro município de Silveira Martins, que teve toda sua área repartida pelos municípios ao qual fazia limites, ficando sua sede para Santa Maria, e o restante com os municípios de Cachoeira do Sul e Vila Rica (atual Júlio de Castilhos). Com este retrocesso geopolítico e o êxodo rural que acometeu o Brasil desde a era Vargas, grande parte da população da colônia foi absorvida pelos núcleos urbanos dos municípios vizinhos, tornando-se a sede e os núcleos da colônia distritos destes, tendo seus núcleos atingido suas emancipações individuais pouco a pouco, sendo que a sede da colônia emancipou-se de Santa Maria somente em 1989.

Este desmembramento acarretou na absorção da população das pequenas cidades pelos grandes centros da época, principalmente Santa Maria, acarretando em uma estagnação econômica de quase um século em Silveira Martins. A isso, se deve o grande acervo arquitetônico existente em Silveira Martins, pelo fato de ter sido a sede da colônia, e por se emancipar muito tardiamente, ficando aquém, economicamente, até mesmo de seus antigos distritos (núcleos).

Pela relevante informação do número de imóveis constatado em pesquisa, considera-se a possibilidade de que Silveira Martins possua um dos maiores acervos

de arquitetura colonial de imigração italiana em alvenaria do Brasil, já que são aproximadamente 115 imóveis ainda existentes, conforme levantamento realizado pela Prefeitura Municipal no ano de 2006 (Projeto Antenatti), compreendidos em arquitetura civil e religiosa dos períodos terciário (apogeu) e quaternário (tardio), conforme a classificação de Júlio Posenato.

O autor caxiense Julio Posenato estabelece datas e períodos que se aplicam à arquitetura das colônias antigas, onde se conservou o acervo mais representativo da imigração italiana. Assim, estabelece o autor (1983, p. 97) “construções provisórias: primeira década da imigração; período primitivo: segunda década da imigração; período do apogeu: desde cerca de 1890 até em torno de 1930; e, o período tardio: desde cerca de 1930 até fins da década de 60”. Posenato classifica estes períodos de acordo com a estabilidade e a evolução dos colonos na nova terra, propondo ainda a existência de um período primário, onde se consideram as primeiras habitações rústicas, em pedra, muito pequenas, verdadeiras alcovas, e que serviam para abrigar os imigrantes apenas das intempéries do tempo.

Este patrimônio está inserido em um contexto paisagístico dos mais surpreendentes, pelo fato de Silveira Martins encontrar-se em uma região de transição geográfica, onde termina o planalto brasileiro e inicia o pampa gaúcho, que se estende até a Argentina, conhecido também como Campanha, e que inicia-se pela Depressão Central do Rio Grande do Sul, onde localiza-se Santa Maria.

Esta composição oferece um cenário propício para o desenvolvimento do turismo, pois agrega uma comunidade dotada de memórias, lembranças e ações, deixadas por seus antepassados que, felizmente, compreendem a importância de manter vivas suas manifestações, seja por achar importante ou por não ter obtido contato com outras situações.

Percebe-se que a existência deste cenário se dá por alguns fatos, sendo um deles a estagnação econômica do local, que fez com que estes imóveis se mantivessem em pé, sendo ainda utilizados pelos seus proprietários com a mesma finalidade de sua construção original (comércio, habitação, indústria).

Porém, atualmente, indícios de progresso adentram na comunidade, através da modernização agrária e do apoio à agricultura familiar, possibilitando que a população construa novas residências e desfrute de mais conforto e modernidade. Neste sentido nota-se, em alguns casos, um abandono da antiga residência, que dá lugar à nova moradia, fazendo com que a casa antiga se torne um elemento físico

inútil e vulgar, por ser velha e não atender mais as expectativas cotidianas. Na zona rural, geralmente transforma-se no galpão para armazenar sementes ou utensílios de trabalho, ou até mesmo o galinheiro. Noutras, simplesmente é relegada ao léu, padecendo sob as intempéries.

Então surgem três possibilidades de se manter este patrimônio preservado. O turismo, a compreensão patrimonial e/ou a re-significação do imóvel (fazendo com que a comunidade passe a ver e a entender que os imóveis são tão importantes quanto às lembranças de seus antepassados), ou procedimentos formais, determinados pelo estado, como o tombamento e/ou incentivos fiscais. Cada um deles é importante para garantir com segurança a preservação deste acervo, e conseqüentemente a memória da comunidade. Pois nestes espaços é que se deram nascimentos, bodas, comemorações de boas colheitas, entre outros acontecimentos, por várias gerações familiares.

É neste sentido que esta proposta visa resgatar e compartilhar com a comunidade os fatos/acontecimentos do modo de vida dos imigrantes e seus descendentes, que ocorreram nas dependências dos imóveis de relevância histórica de Silveira Martins, usando estas histórias/estórias/memórias imateriais como subsídio para qualificar a importância da arquitetura como cenário, ainda existente e zeloso, *guardando nos ouvidos de suas paredes* partes importantes destas vivências.

Este “compartir” cultural poderá possibilitar o desenvolvimento de uma nova matriz econômica, o Turismo, além de dar um novo significado à relação entre o objeto (imóveis) e o sujeito (comunidade), componentes do contexto social de Silveira Martins. Pois, se levamos em conta as afirmações de Munduruku (2002, p.08), “cultura é para ser partilhada... partilhar um conhecimento, uma experiência, um jeito de ser, uma forma de ver o mundo [...]”. Nesse caso, Moesch (*apud* ANTUNES, 2008, p. 91) diz que “o Turismo aparece como um fenômeno social que põe em contato diferentes culturas, nutrindo-se das diferenças para promover o encontro, propiciando a turistas e residentes vivenciarem a alteridade.”

E por considerar o Turismo como um fenômeno social, que dinamiza diversos setores da sociedade, como a economia, entre outros, é que Moesch (*apud* ANTUNES, 2008. p. 91) ainda diz que “esse fenômeno também tem sido responsável pela dinamização e resgate de lugares e culturas, empreendendo ações de educação e preservação por meio da valorização da identidade”.

Neste sentido, e com as referidas abordagens, ampliaram-se para a pesquisa dúvidas sobre a importância do tema, que compreende os imóveis de relevância histórica, a memória material e a oralidade, e a apreensão desta memória histórico-cultural para a valorização do patrimônio pelo turismo em Silveira Martins.

2 SILVEIRA MARTINS/RS – PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO BRASILEIRO

2.1 Método de Abordagem

Este trabalho recortou sua abordagem sobre os exemplares do Patrimônio Histórico-Arquitetônico, na cidade de Silveira Martins, objetivando levantar os imóveis de relevância histórica, a memória material e a oralidade contida nestes, apreendendo a memória histórico-cultural para valorizar o patrimônio, a partir do caminho metodológico da etnometodologia.

Pontualmente, realizou-se a pesquisa em livros especializados à dados sobre história, patrimônio, cultura, arquitetura e turismo; resgatou-se a memória dos imóveis por meio da técnica da história oral, levantando informações sobre os fatos/acontecimentos ocorridos nos imóveis, bem como identificou as alterações (se houveram) arquitetônicas e seus motivos; realizou-se também um levantamento fotográfico da fachada dos imóveis que integram a pesquisa; descreveu-se apontamentos sobre o estilo dos prédios selecionados, possibilitando futuramente fortalecer junto à comunidade e aos visitantes a importância da preservação do patrimônio arquitetônico, como atrativo de grande relevância para o desenvolvimento de práticas de turismo (através da sinalização de alguns exemplares), fazendo com que ela o reconheça e preserve através do resgate dos acontecimentos e fatos destes lugares de memória, coletados pela pesquisa. Por fim, suscita-se que este trabalho sirva como subsidio à criação de produtos turísticos que sugiram a visitação aos imóveis abordados.

Tendo em vista as premissas descritas acima, crê-se que os objetos materiais, considerados como patrimônio, primeiro devem ser reconhecidos pelos sujeitos que estão inseridos no seu contexto (moradores e habitantes do patrimônio e do seu entorno). Muitas dificuldades são encontradas quando se tenta preservar estes espaços de memória, que na sua materialidade externam aspectos históricos e culturais da comunidade, mas mesmo assim, em muitos casos, já não representam mais nenhum significado para a mesma.

Os problemas físicos destes imóveis, inadaptáveis à realidade corrente e aos novos modos de vida e conforto acabam por desqualificar as edificações, sobretudo por não satisfazerem mais as necessidades pessoais básicas de um indivíduo ou família. Alguns deles, como templos religiosos e prédios de utilidade pública, a exemplo de escolas, hospitais e teatros, que possuem um valor memorial de domínio e apropriação de uma sociedade inteira, o que pode-se chamar de memória coletiva, se mantêm preservados. A causa da sua preservação está sedimentada neste aspecto, o do significado dos acontecimentos e fatos que este espaço presenciou, tornando-o um local *consagrado*. A memória está amplamente inserida neste contexto comunitário que vivenciou fatos naqueles espaços físicos.

Entende-se que o mesmo ocorre com outros imóveis (moradias) de relevância histórica, possuidores de características relevantes de um (ou vários) período(s) da arquitetura de imigração (objeto principal desta proposta, a fim de mantê-las em um contexto paisagístico que representa e suscita a memória do passado da comunidade), e que é possível evidenciar os acontecimentos vivenciados nestes imóveis através da busca de sua história, por meio da oralidade.

Para isso, reiteramos tal posição utilizando-se da manifestação de Portuguesez (2004), quando este afirma:

Nosso objetivo é oferecer uma série de reflexões acerca das distintas formas de uso e de ocupação turística de espaços cuja composição socioespacial abriga fortes conteúdos histórico e folclórico, além de remanescentes arquitetônicos de valor turístico. Os temas abordados são mais relevantes a cada dia, pois não se pode negar o papel dinamizador desempenhado pelo turismo nas ditas *ciudades históricas*, nem o fato de que, se não for bem planejado, resulta em graves processos de degradação.

Do ponto de vista metodológico, procuramos destacar a importância da prática de campo para a obtenção de dados. Vale mencionar um recurso de pesquisa ainda pouco utilizado pelos estudiosos de turismo no Brasil: o resgate da oralidade. (p. 1)

O ressurgimento destas informações é um instrumento para fazer com que a comunidade reconheça o valor deste patrimônio, e o seu próprio valor, ao evidenciar por meio da estimulação da memória, o seu passado de vivências, que passa a ser, em alguns casos, mais relevante que o objeto material, ou seja, o imóvel (que na maioria dos casos está desvinculado da realidade cotidiana, como dito anteriormente), levando a comunidade a valorizar este patrimônio no cenário dos fatos, das histórias e das memórias destes lugares, que devem ser compreendidos

como *lugares de memória*⁶, categoria de análise de nosso trabalho a ser apresentada a seguir.

Esta proposta trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja metodologia adotada é a etnometodologia que permite ao pesquisador coletar informações sobre um objeto de análise (neste caso, uma comunidade) considerando que a sua realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada um dos sujeitos, e que em todos os momentos pode-se compreender as construções sociais que permeiam sua conversa, seus gestos, sua comunicação. Neste caso, é uma pesquisa qualitativa etnometodológica em nível descritivo, pois utiliza-se da técnica da história oral para a coleta de dados, uma vez que não há registros documentais sobre o objeto de estudo. Outros procedimentos técnicos utilizados foram entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (conforme ficha anexa com roteiro de perguntas), análise documental, levantamento fotográfico e análise estilística dos imóveis pesquisados, além da pesquisa bibliográfica.

Para este projeto, considera-se como universo da pesquisa os imóveis considerados de relevância histórica, segundo critérios de estilo utilizados por Posenato (1983) que são: primário ou provisório, secundário ou primitivo, terciário ou apogeu, quaternário ou tardio, apenas, sem o uso de quaisquer outros critérios, a não ser a condição de que atendessem a tipologia de arquitetura civil, e que estivessem localizados na área urbana do município de Silveira Martins, Rio Grande do Sul, Brasil. As entrevistas foram realizadas no período maio de 2007 à junho de 2008, tendo como fonte os moradores locais, sendo na maioria deles os proprietários dos imóveis analisados.

Considerando Silveira Martins como patrimônio cultural, não apenas numa abordagem endêmica, mas na totalidade de sua relevância, é necessário tratar sobre aspectos que influenciaram na condição do município ter conseguido

⁶ Os lugares de memória, para Nora, são lugares em todos os sentidos do termo, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre: *Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...).*

(NORA 1993, p.21-22) in http://pt.wikipedia.org/wiki/Lugares_de_mem%C3%B3ria

preservar tantos bens imóveis ao longo de sua existência. Para isso se retomam alguns aspectos que dizem respeito às causas que condicionaram a preservação deste acervo, situando, ao evidenciar alguns fatos histórico-sociais no Brasil, Silveira Martins como Colônia Imperial e, posteriormente, área que buscava desde o final do século XIX a sua emancipação política.

A abordagem permite transitar o tema de que Silveira Martins é fruto relevante de fatos que marcaram mudanças profundas no território nacional.

Neste sentido, pode-se considerar que o seu patrimônio arquitetônico também existe em decorrência de decisões que tinham o destino da nação brasileira como principal discussão. E como apresentam-se a maioria dos motivos para a manutenção de expressões culturais (principalmente a arquitetônica), ou seja, conseqüência de um processo de estagnação sócio-econômica, a arquitetura civil de imigração italiana de Silveira Martins é hoje um de seus principais legados histórico-sociais, o que lhe confere uma identidade bastante peculiar.

Mesmo assim, despojada de elementos arquitetônicos rebuscados e de estratégias de valorização como registro de uma época, está fadada a tornar-se objeto de descaso e desuso, símbolo de desconforto, promovendo repugnância da população às velhas, úmidas e mal cheirosas casas. Neste caso, o resgate da memória imaterial é tratado como uma estratégia de preservação da memória material, já que os imóveis deixam de ser despojados prédios para passarem a ser o cenário de fatos que marcaram a história de vida de muitas famílias em episódios marcantes da comunidade. Saem dos bastidores para virar o cenário da mais bela das óperas. A vida real!

2.2 Causas da Existência de um patrimônio histórico e cultural edificado

Expandindo as reflexões do objeto de estudo e considerando uma relação com o contexto histórico mundial (as próprias causas da imigração) e do território continental, ou seja, sua interação com a história da América Latina, faz-se necessário entender o que de fato, conforme citamos brevemente na introdução, tem a ver a existência de um patrimônio edificado no município de Silveira Martins.

Para isso, é necessário compreender um pouco do contexto histórico da Região Platina⁷. Esta região que, durante muitas décadas foi área de litígio pelo interesse das elites em obterem a dominação dos seus territórios, onde insere-se a área da atual unidade federativa do Rio Grande do Sul, tem hoje sua composição dada por vários países/nações, divididos politicamente por fronteiras que limitam o início de um território[territorialidade]/pátrias, e o término de outro. Noutros tempos, os desejos e investidas suscitavam outras consequências. Seria talvez a consolidação de um estado-nação único, para uma sociedade já composta por “coisas” em comum? Neste caso, o Rio Grande do Sul integraria o território do vice-reino de Espanha, como confederação republicana independente. Seria, como a história preescreve, uma nação, sim, forjada por e para a elite, para uma sociedade detentora de poder e com capacidade de intervenção, sempre à defesa de seus interesses (entende-se “interesses” por *interesses econômicos*)? E sua “não” consolidação, como tal se deu, também pode ter ocorrido pelos mesmos interesses?

Enfim, uma coisa é certa: há muitos além fronteiras do Brasil à quem chama-se de irmãos, e não é por acaso. São muitas as relações, de todas as ordens (familiares, sociais, econômicas, culturais, geográficas, etnológicas) que conformam as semelhanças da sociedade sul-riograndense com as sociedades dos países platinos, sob uma “identidade” que está aquém de ideologias políticas. Neste sentido, estas fronteiras⁸ nos relegam não mais o que a etimologia deste termo nos concebe, mas sim um espaço de encontro e (re)conhecimento entre estas ordens. E este encontro é de paz, de consolidação de uma sociedade transnacional, que reafirma suas diferenças em posição de defesa da alteridade entre estes “cidadãos nacionais” de “pátrias distintas”, por organizações de estado e divisões geo-políticas, porém unidos por suas relações socioculturais e históricas. Buscando compreender as lógicas do patrimônio cultural da humanidade no contexto destes dias, a forma que ele se dá na atual sociedade, e compreendendo-o no cenário da América Latina ao relacioná-lo com as iniciativas de independência política do continente, bem como considerando os movimentos de organização social que estavam sendo disseminados no resto do mundo na transição dos séculos XVIII e XIX, possibilita-se compreender e refletir sobre o que vem a ser o “patrimônio cultural” deste

⁷ Região do extremo sul e oeste da América do Sul, compreendida pelos atuais países: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Equador, Bolívia e Brasil (atual estado do Rio Grande do Sul).

⁸ Aurélio, p. 814. 2ed. 1986: (...) limite material de um sistema; separação entre um sistema e seu exterior.

continente, motivo pelo qual relacionam-se as reflexões de Hobsbawn (Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade), de Maria Medianeira Padoin (Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução) e Sandra Pesavento (A invenção da Sociedade Gaúcha e uma certa Revolução Farroupilha) com a temática desta dissertação, onde busca-se, preliminarmente, entender os motivos da existência do objeto de estudo (o patrimônio arquitetônico de Silveira Martins) pelas relações políticas de uma época onde estas mudanças também se deram, mais recentemente em nosso estado, mas buscando a retomada de segmentos ideológicos para a consolidação da nação brasileira. Especificando, afirma-se que, Silveira Martins (nome dado ao município em homenagem à Gaspar Silveira Martins) teve seu patrimônio arquitetônico preservado por entraves ao desenvolvimento econômico, “estagnando-a no tempo”. Um dos motivos pode ser, aqui, considerado evidente: o tribuno citado, então passando a ser o patrono da “Colônia” à época, provocou movimentos que buscavam uma nova forma de governo para o país, propondo a implantação de um modelo parlamentarista, o que de fato, fez com que as unidades políticas superiores associassem a comunidade colonial à suas condutas políticas/pessoais, despojando o território que levava seu nome de qualquer benefício ou inclusão em políticas públicas da época, até que finalmente conseguissem o desmembramento do território da Colônia Silveira Martins entre os municípios de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Júlio de Castilhos.

Com esta desmobilização territorial, vem a assolação de uma estagnação e o conseqüente declínio econômico, dando-se assim a preservação arquitetônica do local, que se torna o objeto de estudo deste trabalho. Ainda, entende-se que a relação entre Silveira Martins (o homem, o político) com as reflexões abordadas pelos autores supracitados se dão de forma convictas, provando mais uma vez a existência de um “poder” fatídico e não discursivo (este último historiográfico) e de uma instabilidade do modelo político então proclamado de forma autoritária e revolucionária em 1889, que nada mais é do que uma continuidade da estruturação da então “nação brasileira republicana”, ou ainda, da República Nacional do Brasil.

Abrindo este item, consideramos o turismo como uma ação do homem que ao buscar (re)conhecer outros lugares, e por conseqüência, o modo de vida das pessoas que vivem nestes outros lugares, ou seja, destas outras pessoas, entende-se que tal ato promove uma relação de aprendizagem deste/sobre este local/pessoa visitado(a). Neste caso, e nestas condições, considera-se o turismo como uma ação

educativa, promovendo a respeitabilidade ao objeto/sujeito visitado, que neste caso, por ser o patrimônio cultural arquitetônico, preserva-o, considerando o turismo também uma forma de preservação.

Agrega-se a isso outra estratégia, que através de informações sobre o objeto (os imóveis históricos neste caso) como subsídio para a publicização da memória deste patrimônio, chamada de interpretação patrimonial, serve para muito além de educar/sensibilizar/informar um grupo social sobre o seu passado histórico, também auxiliar o turismo, abordando-o como colocado no parágrafo anterior, considerando-o uma ação educativa que proporciona respeito ao patrimônio.

2.3 Interpretação Patrimonial e Turismo como forma de preservação do patrimônio

Complementando, ainda consideramos algumas discussões realizadas durante o PPGGTS⁹, tentando inserir integralmente este tema/assunto às problemáticas da preservação patrimonial, neste caso do acervo arquitetônico do município de Silveira Martins, bem como as suas condições de preservação, podendo ser elencadas por condições socioeconômicas ou mesmo por condições de relevância arquitetônica, consideradas de baixa relevância para os programas de preservação patrimonial existentes na atualidade, que normalmente são desencadeados por instituições estatais de preservação como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A intenção deste formato de proposta de preservação, de preservação patrimonial, conforme citou-se com brevidade anteriormente, torna-se uma outra via, uma opção.

A citada “baixa relevância” do patrimônio pelos órgãos oficiais de preservação em nível estadual e nacional se dá por diversos motivos, no qual podemos destacar o desinteresse comunitário, a falta do tombamento local (municipal), a existência de

⁹ Programa de Pós Graduação em Gestão do Turismo Sustentável – UNIFRA Turismo – Santa Maria/RS – Março à Dezembro de 2008, ainda quando este estudo estruturava-se como monografia de especialização lacto-sensu.

um grande acervo, que visivelmente não corre riscos de desaparecimento, entre outros tantos.

Para isso, discorre-se sobre outras formas de preservação/manutenção, como atitudes que possam atribuir o valor necessário ao patrimônio arquitetônico abordado nessa proposta, que, fique claro, não corresponde ao procedimento de reconstruções, recuperações ou reformas em estruturas físicas dos imóveis de relevância histórica, tratados aqui como patrimônio arquitetônico, não as desconsiderando como o produto final de um processo diferente de preservação patrimonial.

O que se pretende compreender é que, muito além do gerenciamento e das formas de preservação do patrimônio e da memória dos povos, é possível analisar que o 'resgate patrimonial' também pode ser considerada no momento em que o trabalho preliminar, de levantamento e apreensão dos ícones, símbolos e memórias de uma comunidade, se externalizada e publicizada, de forma que associe-se em contextos socioeconômicos pertinentes, como o turismo por exemplo, possa desencadear processos de autoestima nestas comunidades, fazendo com que elas criem e desenvolvam outros processos, aí sim, físicos e de recuperação material, que finalizarão o contexto maior de preservação patrimonial.

Considerando isso, Cunha Filho (2002, p. 23) revela que

O Princípio da Atuação Estatal (referente à cultura), como suporte logístico, indica que as iniciativas referentes às práticas culturais devem ser essencialmente da sociedade e dos indivíduos, cabendo ao Estado dar suporte a tais iniciativas, através de uma atuação que possibilite a infraestrutura necessária ao desabrochar das referidas iniciativas.

Cunha Filho (2002, p. 22-23) retoma, destacando o Princípio do Pluralismo Cultural e o da Memória Coletiva, onde reflete:

[...] o *Princípio do Pluralismo Cultural*, consistente em que todas as manifestações da nossa rica cultura gozam de igual *status* perante o estado, não podendo nenhuma ser considerada superior ou mesmo oficial. (...)

O *Princípio da Memória Coletiva* encerra a idéia de que todo o acúmulo cultural produzido na nação não pode ser desconsiderado nas práticas públicas, devendo estas práticas levar em conta tudo o que já foi vivenciado e feito por aqueles que nos antecederam, não com o intuito de obrigatoriamente seguirmos as mesmas trilhas, mas a fim de que não percamos os referenciais de origem.

A partir desta referência, sustenta-se a intenção de que resgatar e externalizar a memória, integrando-a às atividades socioeconômicas, e considerando-a como instrumento sensibilizador e educativo, pode ser considerada uma forma de resgate e preservação cultural, ou do patrimônio cultural, que desencadeará novos processos de desenvolvimento sustentável.

Para isso, ao propor que o referido trabalho seja uma intenção de subsidiar um processo turístico, faz-se necessário considerar algumas ponderações epistemológicas que são pertinentes à atividade em questão (no caso, o turismo), e que também serão abordadas na conclusão desta proposta.

Neste sentido, pode-se afirmar que a humanidade, na busca incessante da sua origem e dos motivos dela, evoluiu tal qual nossa sociedade é constituída na atualidade. Porém, em toda a sua história, nenhum segmento da área do conhecimento apresenta em sua prática teórica, ou teoria prática, uma relação de respeito com os seus semelhantes e com o espaço (homem/homem – homem/ambiente) como a hospitalidade. O estranhamento de quem chega e de quem recebe cria uma relação de saber respeitar os limites, provocando o respeito entre as diversidades ideológicas existentes na humanidade. Dito isto, pode-se considerar que a hospitalidade já está transgredida e vai além, propondo que este segmento da área do conhecimento seja chamado de Turismo, que transcendendo a etimologia da palavra, consiste em uma cadeia de relações “cerzidas na complexidade”¹⁰.

Para tanto, posicionam-se algumas tessituras estruturantes para o conceito de turismo, as quais entende-se estarem diretamente vinculadas com a proposta deste trabalho, que é a de relacionar o turismo com o patrimônio histórico e suas possibilidades de reflexão à humanidade para a consolidação de uma possível nova forma de estabelecer relações sociais, bem como de viabilização de ambos.

São muitas as matrizes estruturantes que podem, de acordo com a abordagem (e o turismo permite esta permeabilidade científica), construir a base epistemológica do Turismo. Porém, faz-se aqui o apanhado genérico de duas delas, consideradas as mais relevantes para as finalidades desta dissertação. Primeiramente, aborda-se os termos estruturantes Encontro e Estranhamento, tendo

¹⁰ Conforme CASTROGIOVANNI (Antonio Carlos. Exposição em aula. 2008. UNIFRA/PPGGTS) o “turismo tem que ser cerzido na complexidade”.

em vista que na relação tempo-espaco-movimento, o estranhamento deve acontecer para que o fenômeno turístico não seja comparado ao deslocamento e/ou simplesmente à viagem. Para que “se dê o ato turístico” é preciso “haver um estranhamento”. Seja em intensidade relevante ou não, minimamente é necessário haver um estranhamento, que é dado pela percepção dos sujeitos, e neste caso consideram-se os sujeitos visitantes e os sujeitos visitados.

A inexistência do estranhamento por parte dos sujeitos promove apenas deslocamento/viagem, que pode se dar por uma série de motivações, sejam elas profissionais, de lazer, familiares e que não produzem nada mais do que impactos econômicos, limitando a concepção de turismo abordada nesta proposta.

A segunda abordagem se dá, considerando como objetos estruturantes da epistemologia do turismo, pela Ideologia e Cultura, provocando a leitura neste parágrafo onde, entende-se que sobre a sua temática está inserido o ser humano como “matriz conceitual estruturante” do turismo, ou como acharem melhor as denominações para a sua inserção/participação no estudo deste fenômeno humano, social, econômico, geográfico, físico, etc.

Considerando que tudo o que existe, desde que não produzido pela natureza, ou seja, que não complemente o espaço casualmente, pode ser considerado cultura, e ainda o homem, produto da natureza, capaz de ser o criador da cultura, carregá-la dentro de si e externalizá-la em forma e fato, é que considera-se que a ideologia, etimologicamente vinculada à palavra cultura, como uma das matrizes estruturantes para a conceituação do turismo, reforçando a sua projeção no campo científico.

A ideologia apresenta diversas justificativas para ser considerada matriz conceitual estruturante do turismo, no qual se pode exemplificar superficialmente esta afirmação através de uma análise da percepção e da hospitalidade, que são edificadas através dos encontros e dos estranhamentos entre o visitante (aquele que se desloca) e o visitado (aquele que recebe) e da re(l)ação entre estes sujeitos. Mesmo que não produza uma relação de respeito entre as diversidades ideológicas, podendo não haver uma relação de hospitalidade no ato turístico, seu acontecimento ou não dependerá da percepção de cada sujeito, portanto, a percepção pode se dar positiva ou negativamente no ato turístico, produzindo ou não uma relação de hospitalidade, ou nem mesmo induzindo à uma relação hospitaleira entre homem-homem, já que o estranhamento pode se dar também entre a relação homem-espaco. Desta forma, pode-se dizer, para este caso, que a hospitalidade não seja

considerada como matriz conceitual estruturante do turismo, o que realmente abre um precedente para se refletir com mais profundidade sobre esta consideração.

Porém, para a ocasião, é necessário reiterar que a condição de posicionar as bases epistemológicas do turismo permitem reflexões, tal como esta, que mesmo superficial e genérica, possibilita uma singela compreensão das diversas e diferentes relações que o turismo pode consolidar com as outras áreas do conhecimento.

Fundamentalmente, o turismo pode, muito mais do que, se bem concebido, trazer benefícios tais como alternativas de trabalho, renda, bem estar e desenvolvimento de uma comunidade, também ser a própria forma de viabilização de outras áreas, tal como o patrimônio cultural, reafirmando sua capacidade multisetorial e sua transversalidade, o que permite afirmar sua capacidade de promoção de diálogos para a consolidação de uma nova sociedade, e que talvez possa estar sendo considerada pela intelectualidade de forma muito acanhada, até pelo fato de não encontrar um campo prático.

Justifica-se mais ainda a relação turismo e cultura (ideologia), como elemento compositor que permite a transformação dos termos em si mesmos, e para transformar mais ainda o ambiente prático, respeitando todas as considerações já colocadas, instaurando, possivelmente, uma nova concepção de ser, estar, fazer e saber, que conforme Stefan Collini (1993, p. 457), referindo-se a seu próprio livro, diz:

suspeita-se que a maior parte das formas de atividade cultural seja essencialmente um disfarce para o fato de que Fulano está Tentando Ferrar Sicrano...dificilmente uma página desse grosso volume é virada sem que nos digam que alguém que detém algum tipo de poder...está tentando 'dominar', 'suprimir', 'ocluir', 'mistificar', 'explorar', 'marginalizar'...outra pessoa, e o dever dos que estão engajados em Estudos Culturais é 'subverter', 'desmascarar', 'contestar', 'des-legitimizar', 'intervir', 'combater'.

Então, valorizar algo através do turismo é transformar, e considerando que o turismo pode ser uma forma de preservação do patrimônio cultural, como diz Ribeiro *in* Gastal (2008, p. 133), “a atividade turística passou a representar nova alternativa na luta pela preservação do acervo arquitetônico”, afirma-se que este patrimônio também pode e deve ser transformado, preservando-se, bem como pode ser instrumento transformador da sociedade, através do seu uso como representação do

passado, também considerado como manifestação cultural, no conceito atual, ou seja, como algo que está sempre em processo.

No caso de Silveira Martins, trata-se de utilizar o patrimônio cultural, que está representado pelo seu acervo arquitetônico, como instrumento para o desenvolvimento endógeno do município, através do Turismo Cultural, incitando a necessidade de preservação deste patrimônio para uso turístico, e vice-versa.

2.4 Resultados da Pesquisa Oral

Este espaço conta com a compilação de todas as informações coletadas nas entrevistas da pesquisa de campo, que utilizou a técnica da história oral para adquirir as informações.

Adianta-se que após as análises feitas, e identificados os períodos, constatou-se que, comparativamente com imóveis não levantados, o município de Silveira Martins possui edificações dos períodos terciário (apogeu) e quaternário (tardio)¹¹, inexistindo atualmente exemplares dos períodos primário ou provisório, secundário ou primitivo .

Percebeu-se ainda, ao término desta pesquisa oral, a dificuldade em identificar dados precisos, como por exemplo, a data de construção dos imóveis, com raras exceções. Porém, como o técnica da história oral está baseado na fidelidade do discurso captado e da interpretação do pesquisador, também torna-se inevitável referenciar a abundância de dados coletados, que por vezes, não eram requeridos pelo instrumento de coleta.

Afirma-se resumidamente que foi possível atingir o objetivo do trabalho e que o conteúdo da pesquisa torna-se parte “formalizada” da história do município de Silveira Martins, no que se refere à seu patrimônio arquitetônico, como às suas vivências e peculiaridades sociais cotidianas.

A expectativa de que seja possível pesquisar todos os imóveis do município é um desejo que pode fomentar a pesquisas de outros interessados, e da própria comunidade, tendo em vista terem sido positivos os reflexos obtidos com o conjunto

¹¹ de acordo com a classificação de Posenato, 1983.

inicial de imóveis levantados. Neste sentido, afirma-se o cumprimento do objetivo da proposta, que se fundamenta em apresentar a forma de preservação do patrimônio histórico, através do resgate e da interpretação patrimonial dos imóveis, e não por meio dos modelos tradicionais, como tombamentos¹² e outros.

A seguir, apresenta-se a compilação da pesquisa, conforme citado no início deste capítulo, resultado dos procedimentos etnometodológicos utilizados.

Açougue do Povo



Figura 1 – Açougue do Povo
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: eclético de transição

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1950

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos. Cobertura em telha cerâmica, emolduramento das esquadrias, adornos com formas geométricas e platibanda bem trabalhada com elementos em forma geométrica da cimalha.

Levantamento da histórica oral

¹² O tombamento é o ato oficial, conferido pelo estado, através de suas leis, de salvaguardar bens móveis e imóveis, materiais ou imateriais da humanidade. O procedimento do tombamento se dá com o registro das características do bem em um livro, chamado de “Livro Tombo”, onde constam todas informações relevantes sobre o mesmo. É como se fosse a carteira de identidade do imóvel. Sua efetivação se dá através de um decreto executivo, nas esferas políticas, de acordo com a relevância do bem tombado, podendo ser municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional. Para os bens com relevância histórica internacional, o órgão responsável pela instituição dos atos de tombamento é a UNESCO.

Dona Malvina afirma: - Se todos pensarem em derrubar e fazer novo, não teremos história para contar!

Neste sentido é que Dona Malvina mantém impecáveis as características do prédio, que durante anos sediou o açougue da família, iniciado pelo seu sogro Vitélio Zago e depois mantido pelo seu esposo Nelson Zago e pelo filho, Valdomiro Zago.

Para Dona Malvina, o poder público não precisaria oferecer incentivo nenhum para a preservação do patrimônio histórico. – A gente tem que preservar e manter a nossa história de pé, - afirma.

A casa que possui na fachada detalhes marcantes, que fundiram-se com a arquitetura de imigração no último período de construções deste estilo, foi construída no ano de 1950 por Sílvio Trevisan para que servisse como sua residência. Logo após, foi alugado para Helena Culau. Posteriormente alugou-se o imóvel para um dentista, que manteve também seu consultório no local, logo sendo adquirido pela família Zago, residente até hoje no local.

Cinco anos após a aquisição do imóvel de Sílvio Trevisan, foi construído uma nova ala na casa para abrigar o Açougue, conhecido como Açougue do Povo, que funcionou até o final da década de 90 e foi durante muitas décadas a única casa de carnes de Silveira Martins.

Entrevista realizada com Malvina Atonello Zago, em 16/07/2007.

Casa de Saúde Madre Imilda



Figura 2 – Casa de Saúde Madre Imilda
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Protomoderno

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1900

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: fachada completa e algumas aberturas, cobertura de telha cerâmica, presença de marcação horizontal, platibanda cega com formas retas, marcação horizontal destacada sob as esquadrias.

Levantamento da histórica oral

Em 1900 foi construído o prédio do Hospital de Silveira Martins. A obra foi coordenada por Checon, possibilitando já naquela época que a Colônia Silveira Martins realizasse tratamentos de saúde aos seus comunes.

A altitude da localidade deu fama à Casa de Saúde, pela região ter correntes de ar puro, o que facilitava a cura de doenças. Em 1940 o prédio foi adquirido pelo Dr. José Pinto de Moraes, que instalou um sanatório de tuberculose no local. O casa de tratamento da doença funcionou por 10 anos, e diminuiu o número de visitantes que também usavam o ar puro de Silveira Martins para veranejar.

As pessoas pararam de visitar a cidade por causa dos tuberculosos, que escarravam nas vias públicas, gerando uma crise entre os hotéis e pensões, e no internato do Colégio Bom Conselho, que tinha alunas de diversas cidades do estado, do Uruguai e da Argentina estudando no local.

As Irmãs do Colégio Bom Conselho também apoiaram o hospital, sendo que no início do sanatório, duas delas atuavam como enfermeiras.

Em 1961, o Hospital foi reaberto com o nome da ex-diretora da Escola Bom Conselho, chamando-se Casa de Saúde “Madre Imilda”. Por alguns anos as Irmãs voltaram a atuar nele, mas deixaram o hospital por falta de enfermeiras para continuar atendendo com eficiência.

Na década de 1970 a comunidade adquiriu o prédio, administrando-o até 1998 quando o doou para a prefeitura, que municipalizou o sistema de saúde e passou a chamá-lo de Centro de Atendimento Integral à Saúde Madre Imilda (CAISMI).

O Hospital de Silveira Martins realizava inúmeros procedimentos como partos e cirurgias, sendo referência em alguns procedimentos cirúrgicos na região pela competência de médicos e qualidade de equipamentos. A modernidade e as

exigências sanitárias foram determinantes para a limitação das atividades. A casa teve como fato importante a vinda do médico italiano Emanuel Siqueira Couto, que residiu por mais de 20 anos em Silveira Martins. Couto era cirurgião e clínico geral e hoje seu nome é dado a avenida onde se localiza o Hospital.

O prédio foi totalmente reformado e ampliado para os fundos, porém a fachada foi conservada. A atual fachada foi construído sob o comando do Sr. Bento Rorato, habilidoso pedreiro da comunidade e responsável pela construção de diversos imóveis deste estilo no município.

Entrevista realizada com Antônio Dal Forno, em 26/05/2007.

Fundo de Quintal Café



Figura 3 – Fundo de Quintal Café
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Colonial Italiano

Período: Terciário

Data aproximada da construção: não consta

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção das venezianas, cobertura de telha cerâmica, janelas em arco, moldura nas esquadrias, bandeira cega.

Levantamento da histórica oral

Este prédio que atualmente funciona como residência, café e uma pequena padaria pertence ao Sr. Giacomo Paleze. Não existem registros da data de

construção do imóvel, mas sabe-se que até os anos 30, funcionou aqui o Hotel Bisognin, que fora um dos mais tradicionais da cidade.

O Bisognin era um hotel que recebia muitos hóspedes. Conforme relatos dos frequentadores mais idosos do café existente hoje no local, o Bisognin oferecia vários atrativos de lazer aos hóspedes. Havia o dia do Pic-nic, em que as famílias hospedadas recebiam uma cesta para levar lanche aos locais destinados à passeios. Havia também o dia do passeio à cavalo.

O Bisognin era muito animado. Na lateral do prédio, onde hoje existe um depósito de alvenaria existia um salão de baile, todo de madeira, onde aconteciam animadas reuniões dançantes.

Na parte superior do prédio, onde hoje funciona o Fundo de Quintal Café, dirigido pela família Paleze, adquirindo o imóvel em 1930 pelo Sr. Guido Paleze, haviam os quartos que serviam de hospedagem para os visitantes. Na parte inferior, que hoje é utilizado como residência, funcionava o restaurante do hotel que servia pratos da gastronomia italiana como massas, polenta, carne em molho, radici, etc.

A família Paleze contribui para a preservação da história do município, restaurando o imóvel e mantendo suas características.

Em meados dos anos 90, refizeram os arcos das aberturas do pavimento térreo, que haviam desaparecido em uma de suas reformas. Também foram mantidas as estruturas de aberturas e telhado originais, preservando as características da construção, que possui Estilo Colonial Italiano.

Entrevista realizada com Miria Maria Paleze (proprietária), em 10/08/2007.

Monumento à Giuseppe Garibaldi



Figura 4 – Monumento à Giuseppe Garibaldi
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Neoclássico

Período: não se encaixa

Data aproximada da construção: 1910

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos

Levantamento da histórica oral

O monumento em homenagem à Giuseppe Garibaldi foi inaugurado em 20 de setembro de 1910, dando-lhe não só a homenagem edificada, mas também intitulando-o patrono da principal Praça de Silveira Martins.

Uma grande comemoração foi feita na sua inauguração, e os motivos da homenagem não são tão incertos como parecem. Unificador da Pátria Italiana, ao lado de Vittorio Emanuele, Garibaldi também foi um dos protagonistas da Revolução Farroupilha.

A homenagem da sociedade silveirense, na época formada por muitos imigrantes e jovens descendentes, já nascidos no Brasil, possui uma ambigüidade, onde relevam-se três fatores. Um deles, a própria Revolução Farroupilha, já que foi inaugurado em 20 de Setembro, data do término da revolução. Outro fator é por homenageá-lo como unificador da Pátria mãe dos imigrantes. A terceira, e mais cheia de mistérios é a de que o monumento foi erguido neste local para fazer uma afronta à Igreja, tendo em vista que Garibaldi era maçom e o monumento foi erguido por membros da ordem, sendo que nele havia os três símbolos maçônicos cunhados em bronze e que foram retirados durante reformas no local.

Ainda percebe-se as marcas dos instrumentos (o compasso, a meia-lua e o triângulo) que foram arrancados do monumento e que estão marcadas nas faces sul, oeste e norte, respectivamente. Os arredores do monumento eram cercados por uma grossa corrente, suspensa por quatro pilares e na face leste, à sua frente, um corredor de Plátanos guiava os transeuntes até o monumento.

Independente de qualquer fato, o monumento ergue-se nobre entre as árvores e é orgulho para a comunidade ter o bravo como patrono da praça principal.

Sua beleza arquitetônica é sóbria, pela simplicidade e elegância, sendo um dos poucos monumentos ao “Herói de Dois Mundos” em todo o país.

Entrevista realizada com Nair Zago Costa Beber, em 06/06/2008.

Rodoviária



Figura 5 – Rodoviária
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Colonial Italiano

Período: Terciário

Data aproximada da construção: segunda metade do séc. XIX

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção das venezianas, cobertura de telha cerâmica, janelas em arco, moldura nas esquadrias, bandeira cega.

Levantamento da histórica oral

A casa que serve de sede para a Rodoviária de Silveira Martins é a mais visitada do município. Não pelo fato de ser a Rodoviária, mas pela curiosidade das pessoas em conhecer sua estrutura interna, praticamente intacta, desde sua construção, na segunda metade do século XIX.

- Recebemos muitas pessoas que passam pela frente de casa e param na porta pedindo para entrar e ver a casa antiga! – afirma Dona Rosa, proprietária.

A construção apresenta um abastamento de detalhes, pouco comuns na época em que foi construída, na Colônia Silveira Martins, caracterizados pela simplicidade de detalhes do estilo colonial. Com aberturas em arco e uma balaustrada de cerâmica oca, a casa da Rodoviária é uma das mais bonitas e chamativas do Centro Histórico de Silveira Martins, chamando a atenção pela robustez e preservação de detalhes, que lhe conferem muito prestígio.

Conforme Dona Rosa, a casa foi construída pela Família Amaral, que vendeu para a Família Martello, sendo adquirida pela Família Dotto há 43 anos. A Família Martello mantinha um bar, onde hoje são comercializados os Bilhetes Rodoviários da Linha Silveira Martins/Santa Maria.

A casa da Rodoviária é um exemplo de preservação das casas antigas de Silveira Martins, tendo passado por várias restaurações e servindo de cenário para filmes de projeção nacional, como por exemplo o longa metragem Dias e Noites, filmado em 2007.

Entrevista realizada com Sra. Rosa Weber Dotto, em 21/06/2007.

Aurélia Cielo



Figura 6 – Aurélia Cielo
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Eclético de Transição

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1900

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção dos frisos superiores, que adornavam as aberturas. Cobertura em telha cerâmica, emolduramento das esquadrias, adornos com formas geométricas e platibanda bem trabalhada com elementos em forma geométrica da cimalha.

Levantamento da histórica oral

Uma parceria das famílias Sório e Pesamosca fez com que uma cervejaria funcionasse por mais de 20 anos no porão da residência da Sra. Aurélia Matiuzzi Cielo.

A casa, construída por Alessandro Sório em 1900, serviu de moradia da família Sório até que a família Cielo a adquiriu para estabelecer uma casa comercial existente até hoje.

Florígia Sório Oberto foi a última moradora do local, até que a família Cielo comprasse o imóvel, instalando ali seu armazém de secos e molhados, fazendas e miudezas em geral.

A família Cielo, juntamente com outros comerciantes da Rua Francisco Guerino, promoveram por conta própria a pavimentação em pedra da rua para melhorar o passeio dos fregueses e dos alunos do antigo Collégio Bom Conselho,

fazendo da mesma a primeira rua pavimentada do então Quarto Distrito de Santa Maria. O calçamento, de pedra irregular, ainda existe.

A partir de 1978, a casa passou por diversas mudanças para adequar-se aos confortos que surgiam como luz elétrica permanente, piso em alvenaria, cobertura nova, etc. – A fachada nunca foi modificada, - afirma a proprietária, - conservamos a casa para que mantenha suas características arquitetônicas, para recordar o tempo antigo. –

As aberturas e a volumetria do imóvel o caracterizam como uma casa comercial, além de ser uma “casa de fachada”, ou seja, sem recuo da calçada, como a maioria das residências que existem no Centro Histórico de Silveira Martins. Dentre as restaurações, muita coisa se conservou, salvo um “friso” que contornava a parte superior das portas e janelas.

Entrevista realizada com Aurélia Matiuzzi Cielo, em 21/06/2007.

Gino Bovolini



Figura 7 – Gino Bovolini
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Colonial Italiano

Período: Terciário

Data aproximada da construção: 1905

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção das aberturas. Cobertura de telha cerâmica, moldura nas esquadrias, cimalha.

Levantamento da histórica oral

Construída por volta de 1905 por Artêmio Cervi, um grande comerciante da sede da Colônia Silveira Martins, a residência do Sr. Gino Bovolini ergueu-se com o objetivo de ser uma casa comercial. No entanto, quando pronta, serviu por muitos anos como depósito de fumo em folha, já que Artêmio Cervi, além de muitos outros negócios, comprava e vendia fumo in natura.

Durante a década de 80, sediou a delegacia da Brigada Militar e posteriormente um supermercado e uma loja de variedades. Atualmente serve como residência para a família Bovolini.

Conforme Ilda Bovolini, a residência foi adquirida de Ovídio Zamberlan e serviu de residência para o casal Gino e Ilda por muitos anos, até construírem nova morada ao lado direito do prédio.

A residência do Sr. Gino Bovolini é umas das mais belas casas em estilo colonial italiano que circundam a Praça Giuseppe Garibaldi, conferindo ao Centro Histórico de Silveira Martins ainda mais identidade.

Suas características são do terceiro período da arquitetura colonial de imigração, possuindo detalhes importantes como o beiral que sustenta o telhado. Este detalhe confere altura à cobertura da residência, permitindo maior circulação do ar, evitando a umidade e conservando a temperatura interna, agradável à qualquer estação do ano.

Entrevista realizada com Sra. Ilda Bovolini, em 16/07/2007.

Nida Costa Beber



Figura 8 – Nida Costa Beber
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Colonial Italiano

Período: Terciário

Data aproximada da construção: final da década de 70 do séc. XIX

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: volumetria e número de aberturas. Perderam-se o beiral e o vão original das aberturas.

Levantamento da histórica oral

Uma casa que faz jus a sua localização. A residência de Nair Zago Costa Beber, a Dona Nida como é conhecida já serviu para muitas coisas.

Construída no final da década de 70 do século XIX por Carlos Uglione com a finalidade de residência, o espaço já sediou uma estrebaria, um açougue, um cartório, um posto de saúde, um consultório médico e uma fábrica de botas. Essas atividades foram sediadas na casa durante as décadas de 1940 a 1980. Quando o município foi emancipado, em 1989, ainda sediou alguns setores da prefeitura como o gabinete dentário e o escritório do engenheiro.

Dona Nida comprou a residência de seu irmão, Nei Zago, na década de 1960. Anteriormente, nasceu na casa o empresário Ângelo Uglione, filho de Carlos, que empreendeu no ramo automobilístico de Santa Maria e hoje mantém o nome da família Uglione figurando no comércio da cidade vizinha.

O Sr. Ângelo Uglione foi um benfeitor do Clube Silveira Martins, recebendo na década de 60 o título de sócio-benemérito.

Atualmente, a residência possui um forte traçado volumétrico que a identifica como uma das casas mais antigas da região, pela quantidade de aberturas e pela sua frontalidade simples.

Algumas reformas descaracterizaram detalhes importantes como a cobertura em telha cerâmica capa-canal e um beiral que sustentava a cobertura, conferindo um charme na casa.

Mesmo assim, Dona Nida mantém a casa em perfeitas condições, consciente de que o espaço da residência e tudo o que já aconteceu nele, fazem parte da história de Silveira Martins.

Entrevista realizada com Nair Zago Costa Beber (Nida), em 19/07/2007.

Salão Paroquial



Figura 9 – Salão Paroquial
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Protomodernista

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1940

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção do fechamento do alpendre, cobertura em telha cerâmica, presença de marcação horizontal, adornos formas geométricas.

Levantamento da histórica oral

O belo prédio do Salão Paroquial de Silveira Martins foi construído na década de 1940 pelos benfeitores Benedito João de Deus Rorato (Bento), Primo e Ângelo Zanini, em uma área cedida a Mitra Diocesana de Santa Maria pelo Governo do Estado, na época.

O prédio em estilo Protomoderno foi construído para sediar as festas religiosas da Paróquia Santo Antônio de Pádua, que além da festa do padroeiro Santo Antônio, que ocorre no segundo domingo de Junho, antecedida por tríduos e quermesses, também sediava tradicionais eventos religiosos como o Baile de Epifania, as festas de Páscoa e também casamentos e outros momentos de confraternização.

Nos domingos, o local se tornava ponto de encontro das pessoas, que se reuniam para jogar carta, bocha e tomar um trago!

Nos anos de 1950 e 1960, o comerciante Santo Balen alugou o Salão onde instalou um bar, uma sorveteria e também uma sala de cinema, onde aos domingos rodava filmes para a comunidade.

Mais tarde o salão também foi emprestado para a Associação Assistencial Agrícola Liberdade, fundada em 01 de maio de 1967, atual CTG Liberdade, que na época não possuía sede própria e realizava suas atividades tradicionalistas no espaço do Salão Paroquial.

Sua arquitetura mantinha um paradoro (sacada) com área igual ao hall de entrada coberto que existe ainda hoje. Após algumas reformas, o paradoro foi fechado para abrigar salas de catequização. O paradoro tinha a mesma área externa refletida na parte interna, formando uma espécie de mesanino para o salão.

Entrevista realizada com Pe. Vilson Venturini, em 18/07/2007.

Barbearia Tolfo



Figura 10 – Barbearia Tolfo
Fonte – Débora Tessele Stecker

Estilo: Colonial Italiano

Período: Terciário

Data aproximada da construção: não consta

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos com exceção das aberturas (portas e venezianas), Cobertura de telha cerâmica, moldura nas esquadrias, cimalha.

Levantamento da histórica oral

O prédio onde hoje funciona a barbearia foi adquirida pela família Tolfo. Não sabe-se o ano da construção, já que a casa não foi construída pela família Tolfo e sim adquirida da família De Gregori. A casa foi construída pelo Sr. Nemésio De Gregori, que possuía no local um armazém de secos e molhados e uma barbearia.

Conforma a Sra. Elsa Tolfo, residente na casa, havia também uma alfaiataria no local.

A casa foi adquirida pela família Tolfo em 1952, sendo que em 1965 encerraram-se as atividades do armazém. A barbearia funciona até hoje e é atendida pelo irmão da residente, Sr. ErcildoTolfo.

O imóvel ainda preserva grande parte de suas características arquitetônicas como podemos observar no telhado e nas abertura de portas e janelas.

O alicerce em pedra e as paredes também representam o Estilo Colonial Italiano. Pode-se observar que a arcada das portas e janelas eram em arco, e foram remodeladas com o passar do tempo e com a realização de algumas reformas. Atualmente, observa-se um sinal na parede sobre as portas e janelas em arco, comprovando a existência do formato original da residência.

Entrevista realizada com Elsa Tolfo (proprietária), em 08/08/2007.

Centro Cultural Bom Conselho



Figura 11 – Centro Cultural Bom Conselho
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Neoclássico

Período: Terciário

Data aproximada da construção: não consta¹³

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos. Colunas clássicas adossadas, frontão marcando acesso, simetria, molduras nas esquadrias, simplicidade, cimalha, cornija, platibanda vasada.

Levantamento da histórica oral

O início das atividades do Colégio Bom Conselho data de 1908, quando as irmãs do Imaculado Coração de Maria instalam uma escola de ensino particular em Silveira Martins. A partir de então, centenas de moças provenientes de diversas regiões do estado passam pelo colégio, que funcionava em regime de internato e externato. O Bom Conselho cresce e torna-se sinônimo de excelência em ensino, um espaço onde além do currículo escolar, as alunas aprendiam bordados, pintura, música, etc.

As irmãs mantêm a escola até o início da década de 80, quando é instalado o ensino público de segundo grau. O prédio é alugado para o Governo do Estado, e o colégio transforma-se na Escola Estadual Bom Conselho, onde permanece por quase vinte anos até mudar-se para o prédio próprio. Em 2002, a Prefeitura Municipal adquire o edifício e cria no espaço um Centro Cultural.

Pesquisa própria.

¹³ Conforme relato dos entrevistados e fotos antigas, o prédio foi construído em estilo colonial italiano, do período terciário, e remodelado nos anos 20 do século passado, quando obteve sua caracterização neoclássica. O mesmo ocorreu com todos os imóveis abordados nesta pesquisa, que se encaixam no período tardio, conforme Posenato, tendo em vista o apogeu econômico da cultura da batata, que durante os anos 30 a 70 promoveu grande expansão econômica na comunidade. Todos os imóveis que apresentam características do período tardio, tiveram nesta época, suas fachadas modernizadas, ficando preservada ainda a volumetria das laterais e da cobertura.

Rui e Rubi Bianchi



Figura 12 – Rui e Rubi Bianchi
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Protomodernista

Período: Tardio

Data aproximada da construção: não consta

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção do beiral que foi substituído pela atual cimalha e pelo detalhe em alto relevo existente sob as janelas (eram quatro afundamentos na parede, retangulares, sob cada janela). Cobertura de telha cerâmica, presença de marcação horizontal, platibanda cega com formas retas, marcação horizontal destacada sob as esquadrias.

Levantamento da histórica oral

Construída pela Família De Cecco, a residência dos irmãos Rui e Rubi Bianchi é uma das poucas construções do estilo “casa geminada” existentes no município. Não se sabe exatamente se a família De Cecco construiu a residência com este objetivo, já com duas residências independentes, o que parece ter acontecido, já que a casa possui dois acessos (um em cada lateral) bastante independentes.

Não se sabe exatamente o ano da construção da residência, mas estima-se que ela também seja uma “casa centenária”, ou seja, com aproximadamente um século de existência.

A família Bianchi adquiriu a residência do Sr. Getúlio Zanchi, e afirmam que a casa foi construída pela família De Cecco com finalidades de moradia para os mesmos, porém, muitas peças eram alugadas para terceiros, servindo-se dela também como residência.

A família preserva as características da residência para “manter viva a história da imigração italiana”, afirma o Sr. Rubi. A casa já passou por alterações significativas como troca do telhado e remoção de uma platibanda que protegia e ornamentava a fachada, escondendo o caimento da cobertura (telhas). As alterações foram feitas por que a estrutura estava comprometida.

A casa dos irmãos Rui e Rubi Bianchi é bastante antiga, mas possui sinais fortes de que sofreu alterações em sua fachada durante o último período da arquitetura colonial de imigração, conhecido como período quaternário, presente ainda no modelo de aberturas e em alguns detalhes volumétricos característicos como os paradores das janelas, por exemplo.

Entrevista realizada com Sr. Rubi Bianchi, em 18/07/2007.

Obelisco do Cinquentenário



Figura 13 – Obelisco do Cinquentenário
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Neoclássico

Período: não se encaixa

Data aproximada da construção: 1928

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos

Levantamento da histórica oral

Inaugurado em 1928, comemorando os 50 anos da chegada dos imigrantes na Colônia Silveira Martins, não se tem dúvidas que o monumento presta uma homenagem aos resistentes imigrantes que chegaram e povoaram as terras da Quarta Colônia. O que ainda é um pouco impreciso para a comunidade é a data oficial considerada como o início da colônia italiana.

A chegada massiva de imigrantes iniciou no ano de 1878, sendo que os primeiros descendentes a consideram como data oficial do início da imigração. A prova disso é o próprio monumento, que comemora em 1928 o Cinquentenário da chegada dos imigrantes.

Porém, sabe-se que a colônia de fato começara a receber imigrantes alguns anos antes, em 1876. BISOGNIN¹⁴ diz que *no dia 15 de novembro de 1876, Lourenço Biazus e João Frota lideram a chegada de 70 famílias, seguidos de Carlos Maffini e Domingos Brutti ainda em novembro do mesmo ano, provenientes da Região de Mantova. Em abril de 1878, chegam 50 famílias vindas do Tirol, chefiadas por Massimino Fellin, e outra com 120 famílias sob a liderança de Francisco Druzian e Paolo Bortoluzzi. Ainda BISOGNIN diz que a colônia foi oficialmente criada por decreto imperial de Dom Pedro II em 1875, quando vieram colonizar estas terras imigrantes russos-alemães, que não se adaptaram as condições da região e preferiram se retirar do local, desejando ir para a Argentina¹⁵, mas alocando-se no norte do estado.*

Por este motivo, o governo brasileiro decidiu por deslocar um grupo de imigrantes que se dirigia para as colônias italianas do nordeste da província (na Serra Gaúcha), trazendo-os para a localidade. Assim, encontrando os russos alemães que ainda não tinham deixado totalmente a localidade hoje conhecida como Val de Buia, chegaram os italianos.

¹⁴ RIGHI, José; BISOGNIN, Edir; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: Est, 2001

¹⁵ SPONCHIADO, Luiz. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Est, 1990. 2v

O Obelisco recebeu em 2005 uma outra placa em bronze que trata o ano de 1877 como sendo o data oficial para a caracterização da colônia como território de imigração italiana, tendo em vista que em 1877 os russos-alemães deixaram por completo o local¹⁶, ficando os imigrantes italianos como a única etnia colonizadora na época, o que fez deslocar mais e mais levadas de imigrantes peninsulares para o local.

O interior do monumento, na base onde estão as placas, é oco, e em 1953, quando uma placa em bronze foi colocada para comemorar o 75º aniversário da imigração, foram depositados pertences e uma carta à posteridade. Desde aquela época, ninguém abriu o monumento para verificar o que há dentro dele.

Sobrado das Irmãs



Figura 14 – Sobrado das Irmãs
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Colonial Italiano

Período: Terciário

Data aproximada da construção: 1911

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos. Cimalha, moldura nas esquadrias, cobertura de telha cerâmica.

¹⁶Idem, ibidem.

Levantamento da histórica oral

O prédio do Sobrado das Irmãs do Imaculado Coração de Maria foi contruído pela família Cioccaro no ano de 1911. Conta-se que aqui funcionou a primeira padaria de Silveira Martins.

Quando as Irmãs adquiriram o imóvel, nele passou a funcionar a lavanderia do Colégio Bom Conselho, para passar e guardar as roupas das internas. Grandes armários serviam para acomodar todas as rouparias da instituição. Neste prédio ainda funcionaram diversos órgãos público como o Escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) e serviu também como residência.

Em 2006, a casa foi totalmente reformada, mesmo assim, não foi descaracterizada arquitetonicamente. Seu estilo é predominantemente do 4ª período da Arquitetura Colonial Italiana.

Construção em dois pavimentos, com telhado sustentado por um beiral que identifica definitivamente o estilo colonial italiano.

Sua cobertura era de telha cerâmica capa-canal. Na sua reforma, o telhado foi substituído pelo atual, que mesmo não sendo capa-canal, mantém um padrão estilístico de época.

O Sobrado das Irmãs hoje é utilizado como alojamento para visitantes e religiosas de outras localidades e sua posição completa o sítio histórico urbano de Silveira Martins.

Entrevista realizada com Ir. Isabel Ghesti (madre), em 01/07/2007.

Café Silmar



Figura 15 – Café Silmar
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Eclético de Transição

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1961

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos. Cobertura de telha cerâmica, emolduramento das esquadrias, platibanda com elementos vazados, cimalha, soco.

Levantamento da histórica oral

Conforme o Sr. Mário Bonella, proprietário do imóvel e da antiga Torrefação de café, conhecida como Café Silmar, a casa foi construída pelo Sr. Albino Vedoin, que era o construtor responsável pela obra, no ano de 1961. A casa foi encomendada pelo Sr. João Trevisan, mas logo adquirida pelo Sr. Mário Bonella.

O Sr. Mário conta que a compra da casa foi feita por telefone.

Logo que a comprou, seu Mário instalou sua Torrefação de Café. Assim iniciou-se a história do Café Silmar. A primeira torrada de café da fábrica foi no dia 19 de maio de 1962, e conforme o proprietário, uma das coisas que mais marcaram a história do empreendimento foram as freqüentes fiscalizações do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que mensalmente, vinham verificar a produção.

- Uma vez por mês eles vinham para ver se estava tudo dentro dos conformes! – afirma o Sr. Mário Bonella.

A casa nunca foi reformada, apenas restaurada. Sofreu uma ampliação, cinco anos após sua construção, quando foi anexada uma área de 4mX5m, para abrigar um novo torrador de café exigido pelo IBC na época.

Suas características marcam o período quaternário das construções com sinais do estilo arquitetônico colonial italiano, possuindo na sua fachada já alguns sinais de estilos transitórios, com elementos protomodernos, muito marcante na época.

Segundo os proprietários, a preservação da arquitetura da casa faz lembrar a antiga Colônia Silveira Martins, fazendo com que ela permaneça viva na memória das novas gerações.

Entrevista realizada com Sr. Mário Bonella, em 24/07/2007.

Família Sagrillo



Figura 16 – Família Sagrillo
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Promodernista

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1885

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos

Levantamento da histórica oral

Apenas oito anos após a Criação da Colônia Silveira Martins como o Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana do RS, a residência da família Sagrillo já havia sido construída por imigrantes italianos.

Erguida em 1885, a construção foi feita pela Família Culau (que atualmente não tem descendentes no município) e adquirida pela família Sagrillo da família Zambonato, mais especificamente de Roberto Zambonato, que herdou a residência de seu pai, Jovino Zambonato.

A família Sagrillo realizou ampliações na casa e também a restauração da sua estrutura externa, mantendo as características de quando a compraram. Nota-se claramente que a fachada possui detalhes de estilo Art Déco, muito comum a partir da década de 40, até o início da arquitetura moderna, nos anos 60.

Este estilo influenciou muito em projetos de residências construídas em estilo colonial italiano do quarto período (ou período quaternário). Prova de que a residência da família Sagrillo sofreu alterações arquitetônicas significativas desde sua construção, que pelo ano da construção (1885) pertencia ao segundo período

do estilo colonial italiano, como ainda pode ser observado nas laterais, que identificam a singeleza dos traços adotados na época.

Segundo o proprietário, um dos fatos que mais marcaram a história da residência foram as duas enchentes enfrentadas na década de 90, que quase inundaram a casa. – Antigamente, há muito tempo atrás, era um lugar onde as mulheres lavavam roupa no rio e colocavam roupa para secar nas encostas do rio.

Entrevista realizada com Sr. Moacir Sagrillo, em 21/06/2007.

Koisarada



Figura 17 – Koisarada
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Estilo: Protomodernista

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1881

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos, com exceção de algumas aberturas. Cobertura em telha cerâmica, adornos com formas geométricas e platibanda bem trabalhada com elementos em forma geométrica da cimalha.

Levantamento da histórica oral

Talvez o motivo para o Restaurante Koisarada ter esse nome seja pelo fato da residência de Carlos Alberto Vedoin ter sido utilizada para tantas e tão diversificadas atividades.

Uma Linha de Tiro de quartel, uma Fábrica de embutidos, uma Casa Comercial de secos e molhados, uma Marcenaria, uma Escola (Colégio Fontoura Ilha) que oferecia curso de Contabilidade e atualmente um Restaurante.

Quando o imóvel foi construído em 1881, pela família Fogliato, a intenção era de que fosse um estabelecimento comercial e de fato, sempre manteve este perfil, atendendo até os dias de hoje a comunidade e os visitantes.

Quando o pai de Carlos Vedoin comprou a residência da família Rimaldi, sua intenção era de instalar no local um moinho, o que provaria ainda mais a koisarada que este prédio já abrigou. Isso só não foi possível porque Carlos veio morar na casa e abriu uma lancheria.

A residência não mantém mais suas características originais de construção, mas percebe-se no estilo de sua fachada quem sofreu alterações na primeira metade do século XX (décadas de 1930 a 1950), tendo características do estilo Art Déco, que muito influenciou a arquitetura colonial de imigração neste período.

A família de Carlos Alberto Vedoin preserva os detalhes da casa para manter vivo o patrimônio histórico de Silveira Martins, conservando e restaurando frequentemente a estrutura do imóvel.

Entrevista realizada com Carlos Alberto Vedoin, em 24/07/2007.

Padaria Rizzatti



Figura 18 – Padaria Rizzatti
Fonte – Rafael Egidio Ruviaro

Estilo: Eclético de transição

Período: Terciário

Data aproximada da construção: 1900

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: da construção original, nem a volumetria permanece a mesma. Com a ornamentação da fachada, que concebeu ao imóvel elementos de característica neoclássica, todas as características foram alteradas. Desde então, todos os elementos do imóvel não sofreram mais alterações, com exceção de algumas aberturas.

Levantamento da histórica oral

Em 1900, a família Londero construiu o belo casarão em estilo sobrado, que hoje sedia a Padaria Rizzatti.

A família Rizzatti adquiriu o imóvel de Francisco Guerino, em 1963, quando o Sr. Wilson Rizzatti resolveu abrir uma padaria. – Na época não tinha padaria em Silveira Martins. As pessoas faziam pão em casa, então quando comprei o casarão já tinha a intenção de abrir o negócio. –

No mesmo ano da aquisição do imóvel pela família Rizzatti, diversas restaurações na casa foram feitas. Os pedreiros da época eram Balbino Machado e Fábio Vedoin. As telhas nunca foram substituídas, são originais. Fez-se apenas reparos no reboco e na parte interna da casa, que foi adaptada para a moradia da família e a instalação da padaria.

O Sr. Wilson afirma que antes dele, muitas famílias moraram na casa e que quando a adquiriu, a mesma estava em condições inabitáveis. A Padaria Rizzatti existe à 45 anos e na década de 1990 passou a comercializar também produtos coloniais quando implantou a Cantina Silveira Martins. - Mantemos as características do imóvel preservadas para lembrar do tempo antigo, pintando, cuidando e deixando sempre bem arrumada. -

O sobrado eclético, apresenta detalhes neoclássicos, principalmente na parte superior, onde se destaca também um balcão em ferro que lembra o “art nouveau”. Originalmente, a sua arquitetura era mais simples, sem detalhes e adornos, sendo aprimorado a fim de destacar sua localização e imponência. Não há registros de quando foram feitas as mudanças arquitetônicas, mas estima-se que tenham sido feitas na década de 30, pelas características dos detalhes. Pode-se observar a espessura das paredes do pavimento térreo para sustentar a parte superior, através dos largos batentes das janelas.

Entrevista realizada com Wilson Rizzatti, em 06/08/2007.

Società Italiana di MuttuoSoccorso Umberto I



Figura 19 – Societ  Italiana di MuttuoSoccorso Umberto I
Fonte – Débora Tessele Stecker

Estilo: Promodernista

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da constru o: 1913

Elementos de caracteriza o ao estilo, ainda preservados: fachada completa, com exce o das aberturas, todas substituídas por janela basculantes de ferro e portas contra incêndio. Cobertura em telha cerâmica, adornos com formas geométricas e platibanda bem trabalhada com elementos em forma geométrica da cimalha.

Levantamento da histórica oral

Fundada em 16 de agosto de 1885, formava juntamente com a Ducca degli Abruzzi, na localidade de São Marcos (distrito de Arroio Grande) e a Societ  Italiana di Santa Maria, as primeiras entidades sociais de imigrantes italianos na Região Centro do Rio Grande do Sul. A Societ  Umberto I foi a única sociedade italiana da região que se manteve aberta durante o movimento nacionalista de Getúlio Vargas, no período da II Guerra Mundial, mudando seu nome para Clube Silveira Martins. Sem interrup es desde sua funda o,   a sociedade mais antiga da região ainda em atividade.

A *Societ * sempre foi responsável por diversos eventos e acontecimentos da sociedade silveirense. Até o início da segunda metade do século XX realizava bailes tradicionais como o de Epifania e de Santo Antônio. Em 1956, nas comemora es

da I Festa da Batatinha, realizou o I Baile da Batatinha, em homenagem ao principal produto agrícola de Silveira Martins.

Em 1977, a diretoria ampliou a área física do clube com a construção do novo Salão de Festas, em homenagem ao centenário da Imigração na Colônia Silveira Martins, onde realizou o seu primeiro Baile de Debutantes, seguidos de tantos outros, além de retomar o Baile da Batatinha, realizado até os dias de hoje. Também foram construídos a Sala de Honra onde estão as fotografias de todos os presidentes da entidade, além da Secretaria do Clube, que mantém arquivados em seu acervo livros seculares, como a ata da fundação da *Società* e todos os documentos redigidos durante a sua existência. Em 1985, no centenário de fundação da *Società* foi construído o Ginásio de Esportes, recebendo o nome de Pavilhão do Centenário.

A estrutura física da Società mudou muito desde a sua fundação, e atualmente percebe-se a existência de dois estilos que compreendem a antiga estrutura do prédio, onde hoje funcionam as salas oficiais e a área de circulação, entretenimento e copa, que antigamente servia de salão principal, e a área nova, do Salão de Festas.

Quem pisa no assoalho de madeira da parte mais antiga não imagina que sob seus pés encontra-se um enorme porão, com arcos de tijolo que sustentam toda a estrutura do prédio, provando que a estrutura física do prédio existe desde a fundação da entidade.

Entrevista realizada com Antônio Dal Forno, em 26/05/2008.

Casa Paroquial



Figura 20 – Casa Paroquial
Fonte – Rafael Egidio Ruviano

Análise Estilística

Estilo: Promodernista

Período: Quaternário (tardio)

Data aproximada da construção: 1948

Elementos de caracterização ao estilo, ainda preservados: todos. Elementos avançados.

Levantamento da histórica oral

Construído aproximadamente em 1948, a Casa Paroquial de Silveira Martins pertence à Mitra Diocesana de Santa Maria. O prédio, de características modernas, destaca-se das demais residências existentes no centro histórico da cidade, tendo em vista seu estilo diferenciado. A paróquia de Silveira Martins preserva o imóvel porque entende que ele já faz parte da História Arquitetônica do município, mesmo destacando-se da tipologia arquitetônica de imigração.

É um prédio de grande beleza e que possui referência arquitetônica relevante, que lhe confere austeridade e imponência, sendo muito bem acolhido no espaço que ocupa. Seu alpendre (sacada) e o hall de entrada aberto, no pavimento inferior, referenciam o imóvel em seu estilo modernista, sendo que congrega beleza e conforto aos usuários.

Na Casa Paroquial já estiveram hospedados o Cardeal de Veneza, Dom Albino Luciani, que em alguns meses após sua visita a Silveira Martins, na comemoração do centenário da imigração na Colônia Silveira Martins, foi aclamado Papa João Paulo I. Em 2003 também hospedou-se na Casa Canônica Dom Lourenço Baldicene, representante do Papa no Brasil.

Entrevista realizada com Pe. Wilson Venturini em 05/06/2008.

Um exemplo disso são as possibilidades econômicas possíveis de serem agregadas às áreas de relevância histórica, vislumbradas através do Turismo, que também como um fenômeno sociocultural, ou uma atividade econômica, pode ser o motivador da preservação deste patrimônio, a quais trabalharemos no próximo capítulo.

3 TURISMO E MEMORIALIDADE EM SILVEIRA MARTINS

O Rio Grande do Sul é um dos estados Brasileiros que possui grande parte de sua sociedade formada por descendentes de imigrantes de várias etnias, sobretudo alemães e italianos.

Em Santa Maria, a quinta maior cidade do estado¹⁷, estima-se que 60% de população é formada por descendentes de imigrantes italianos, algo que é perceptivelmente notado quando se analisam as propagandas do comércio local, ou se busca conhecer os produtores rurais do município. Tal realidade atualmente se espalha por toda a região centro-oeste e sudoeste do estado.

Esta re-imigração dos descendentes de italianos que deixaram as colônias que lhes foram ofertadas com a política de imigração do Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX deu-se, na metade sul do Rio Grande do Sul, pelos descendentes de imigrantes da Colônia Silveira Martins, que hoje operam grandes produções de cereais em importantes cidades destas regiões como Quaraí, Dom Pedrito, Uruguaiana, Bagé, São Borja, Itaqui, São Gabriel, entre outras.

Este fato reitera o atraso econômico de Silveira Martins que amargou um êxodo populacional gritante a partir da segunda metade do século XX, onde seus habitantes foram buscar alternativas de grandes áreas cultiváveis.

Porém, o retorno destes descendentes à sua terra de origem, ao seu antigo cotidiano, na visita aos parentes que ficaram, rememora o seu passado, a sua origem, a sua identidade, deixadas para traz, e que é tão lembrada no seu novo *lócus*, assim como as memórias da Itália são, até hoje, lembradas e exercidas pelas comunidades de Silveira Martins.

3.1 Arquitetura para a memória e para o turismo

*Um montão disforme. Taipas e pedras,
abraçadas a grossas aroeiras,
... Abandono. Silêncio. Desordem.
Ausência, sobretudo.*

¹⁷ Em população

*O avanço vegetal acoberta o quadro.
 ... Uma bucha de cordoalha enfolhada,
 berrante de flores amarelas
 cingindo tudo.
 Dá guarda, perfilado, um pé de mamão-macho.
 No alto, instala-se, dominadora,
 uma jovem gameleira, dona do futuro.
 Cortina vulgar de decência urbana
 defende a nudez dolorosa das ruínas do sobrado
 - um muro.
 Fechado. Largado.
 O velho sobrado colonial
 de cinco sacadas,
 de ferro forjado,
 cede.
 Bem que podia ser conservado,
 bem que devia ser retocado (...)¹⁸*

O que é a arquitetura, e como ela pode ser considerada um elemento referencial para a memória da sociedade, e ainda tornar-se objeto para o desenvolvimento do turismo?

O termo arquitetura vem do grego, e significa construção principal ou primeira construção (*arché* = principal/primeiro e *tehton* = construção)

Este princípio etimológico permite afirmar que a arquitetura, por já estar como primeira, como principal construção, ou seja, principal obra do ser humano, é a mais significativa manifestação cultural do homem enquanto ser social. É o preparo do local que deverá garantir a sua proteção, no caso a sua casa, seu abrigo, o seu espaço de descanso, ou trabalho, ou repouso eterno, ou o local onde se darão as relações com outras pessoas de maneira comum.

Enfim, a arquitetura tem sido a principal fonte de recursos para a compreensão do passado da humanidade, pois nela está expressado o modo de vida da humanidade, e as evidências dos bens materializados são o próprio patrimônio legado pelos que já se foram.

Outras manifestações do homem também permitem que as gerações descendentes possam se referenciar no passado, tal como a música, a literatura, a cênica, entre outras tantas manifestações artísticas. E a arquitetura não deixa de ser também uma manifestação artística. Talvez seja a mais popularizada, a mais primordial, a mais antiga, a mais necessária para a sobrevivência do homem.

¹⁸ Velho Sobrado (Cora Coralina)

As suas formas e suas evoluções ao longo da história das civilizações refletem nitidamente o pensamento e o sentimento da humanidade, com uma intensidade e uma particularidade múltipla, que permite representar com fidelidade a situação intrínseca e extrínseca do homem no seu habitat, bem como sua relação com este ambiente, e a sua intensa capacidade de “cultuar” (no sentido de cultivar, intervir, interagir) o espaço, sendo a arquitetura uma das primeiras evidências deixadas pelo ser humano em qualquer ambiente que esteja. Por isso, de acordo com suas motivações e os recursos do meio, o homem promove, através da arquitetura, relações diferentes entre si e o espaço, e tudo o que é produzido e perpassa as gerações posteriores, transforma-se na memória social deste ser.

É esta memória, materializada fisicamente por elementos da natureza, que são utilizados e transformados para suprir estas necessidades do homem, que compõe um dos mais significativos legados memoriais da humanidade.

Esta condição permite que o turismo proponha o uso da arquitetura como elemento dinamizador da alteridade, onde um estranho pode reconhecer o outro, promovendo uma prática turística, e tendo como elemento atrativo as representações da memória e dos modos de vida deste ser, expressadas nas construções arquitetônicas.

Assim, a arquitetura torna-se um dos mais significativos exemplares do patrimônio cultural da sociedade, conforme relata a carta de Nairobi, que aqui é colocada por Fonseca (sem data):

A Recomendação de Nairobi é hoje um dos instrumentos adotados internacionalmente para a proteção do patrimônio cultural. O documento registra que os conjuntos históricos “constituem a presença viva do passado”, e asseguram a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade. Assim, adquirem um valor e uma dimensão humana que vão muito além do seu valor imobiliário. A carta diz que os conjuntos históricos são “os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade”. A sua salvaguarda e integração na vida contemporânea devem ser metas fundamentais do planejamento territorial.¹⁹

Como referência marcante, a citação possibilita reestabelecer o significado deste trabalho, que além de propor o uso do turismo como forma de valorização e

¹⁹ André Azevedo da Fonseca – Texto: Diversidade Cultural promove diálogo e paz – 2002 foi o ano das nações unidas para o patrimônio cultural. Não há outras referências complementares à fonte desta bibliografia.

preservação deste “testemunho”, retoma o significado da memória oral de cada exemplar fisicamente materializado pela expressão arquitetônica.

Reiterando a importância do turismo como promotor do encontro entre as sociedades, e do respeito entre os povos ao promover o reconhecimento das diferenças por meio da compreensão das memórias de uma sociedade pela outra, Fernando Cortega (sem data) em seu texto Memória e História complementa:

E isto porque, citando Paul Ricouer (Entre Mémoire et Histoire, 1996-97), *recordar é em si mesmo um acto de alteridade*. Ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do outro [...]

Portanto, preservar a arquitetura como expressão da memória é, por mais que alguns teóricos digam que não só a arquitetura ou as expressões materiais tem significado para o patrimônio cultural (e esta dissertação é uma prova de que concorda com todos os posicionamentos, pois busca uma forma de preservar o material por meio do resgate do oral), o mais importante objeto de salvaguarda da história da sociedade.

Sua evolução e suas modificações são como comentários de um narrador, e os objetos construídos, ou seja, os bens materiais, que no caso é o próprio patrimônio arquitetônico, são como um livro que conta a história da vida humana no planeta.

Considerando a arquitetura de imigração e sua evolução e adaptação ao meio ambiente do Rio Grande do Sul, sob a interpretação e a cultura dos imigrantes, Posenato (1983. p. 517) afirma que

Os imigrantes italianos e seus descendentes, além da sua arquitetura espontânea²⁰ de características peculiares²¹, edificaram prédios, também assimilando outras influências, principalmente das sociedades envolvidas. Num processo evolutivo que se manifestou mais rápido na proporção do convívio com outras comunidades, resultou a adoção de linguagens plásticas, técnicas construtivas, materiais, equipamentos e ferramentas, programas arquitetônicos. A aculturação²² se fez natural e sem esforço ou reações, facilitada pela disposição sincera do colono italiano de integrar-se por completo à nação brasileira, sem qualquer forma de desejos separatistas.

²⁰ grifo meu

²¹ *idem*

²² *idem*

Já referi que os padrões arquitetônicos luso-brasileiros manifestaram-se com intensidade nos núcleos urbanos da imigração italiana, logo após as construções provisórias, a partir dos prédios da administração pública e residência dos respectivos funcionários, as quais passaram a representar um paradigma para as casas comerciais e as residências suntuosas, especialmente dos comerciantes. Trata-se de prédios de alvenaria, geralmente com platibandas e farta ornamentação em relevo nas fachadas

Isto comprova o que as teorias pós-modernas que tratam do patrimônio e da preservação da memória suscitam atualmente, ou seja, a cultura, o passado, enfim o patrimônio cultural não são *cristalidades*. Ou seja, estão sempre em transformação, em processo. Estão sempre numa eterna relação de transformação, pelo homem, com o meio. Portanto, preservar não significa perpetuar bens. Senão, como tombar um conhecimento? Ele não poderá mudar porque deverá permanecer como tal? Eis um exemplo de incoerência. Pode parecer engraçado, mas este é o modelo que o estado nos imprime como perspectiva de preservação. Imagina-se que, este princípio dá cabo do conceito de tradição, e o posicionamento sobre tradição aqui também pode se dar dizendo que “a tradição inebria a sociedade, fazendo-a manter determinadas relações em detrimento de sua evolução natural.

Kuper (2002) reforça isso, dizendo que a

cultura é essencialmente uma questão de idéias e valores, uma atitude mental coletiva. As idéias, os valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais são expressados por intermédio de símbolos e, portanto, - se o meio é a mensagem – cultura podia ser entendida como um sistema simbólico. (p. 288)

E complementa:

Entretanto, um relativismo filosófico absoluto muitas vezes é acompanhado da observação de que não apenas os costumes, mas também os valores são culturalmente variáveis. Por conseguinte, não existem padrões válidos, de modo geral, pelos quais as práticas e os princípios culturais podem ser julgados. Para entender esse argumento é bom dar menos importância ao que as pessoas têm em comum, exceto, obviamente, sua capacidade de desenvolver culturas bastante distintas. (p. 289)

Concordando com Kuper (2002), pode-se exemplificar facilmente a afirmação realizando um breve comparativo entre as construções dos imigrantes de Silveira Martins para com os das colônias italianas da Serra Gaúcha. As questões ambientais que geram a matéria prima para as construções, o clima, o solo que define o tipo de produção, e conseqüentemente o modelo de moradia, de celeiro,

além da própria evolução pela influência, citada anteriormente por Posenato (1983) como “aculturação”, são exemplos concretos de que a cultura é dinâmica, e para isso, o patrimônio cultural também deve seguir a mesma tendência.

Assim, coloca-se o patrimônio à disposição das influências externas, mas neste caso não para ele ser modificado, mas para gerar algo modificado, ou melhor dizendo, algo evoluído.

E a manutenção de si, ou seja, do exemplar obsoleto, porque para “quase muitos” os termos abordados neste trabalho e que fazem referência ao passado, são confundidos com algo obsoleto, deve se dar para salvaguardar a referência e

mostrar aos desconhecidos, ou seja, aos estranhos que poderão chegar depois, ou durante, o que e como se deve/não se deve proceder para com as coisas, os outros, enfim, o todo.

Para isso, vários autores refletem sobre esta situação.

Duas grandes correntes de opinião nasceram, uma defendendo a noção de que se deve colocar o monumento em sua unidade estilística de origem, e outra defendendo a noção de que se devem conservar todas as mudanças pelas quais o imóvel passou em sua vida e que representem valor artístico de testemunho histórico-social. A despeito da inegável importância do assunto, ainda mais se considerarmos a longa perspectiva temporal dos artefatos arquitetônicos de diversos países, foi somente na segunda metade do século XIX que as escolas de arquitetura vieram a criar cursos de pós graduação para arquitetos restauradores (que hoje em dia incluem conteúdos programáticos como: paisagem natural, paisagem histórica, metodologia de conservação de monumentos, causas de deteriorização de monumentos, museologia, aerofotogrametria, utilização de edifícios antigos, técnicas especiais, legislação e outros). (PELEGRINI, 1993, p. 90)

O mesmo autor ainda acrescenta que,

parece haver uma grande tendência a se considerarem dignos de preservação apenas artefatos (desde pequenos objetos até conjuntos representativos como uma cidade ou parte dela) de épocas passadas; “coisas velhas”, como se diz. Mas no permanente processo cultural em que todos estamos inseridos, é importante o registro tanto de facetas passadas como de atuais, integrantes no contexto da sociedade em que ocorrem, os traços culturais devem ser tratados e registrados como bens patrimoniais. (PELEGRINI, 1993, p. 92)

Em relação a cultura e ao patrimônio, autores como Kayser (*apud* ALVES, 2005, p. 153) dizem que “qualquer que seja a forma como se apresenta, a cultura, porque contribui para a valorização das potencialidades coletivas e individuais e

porque favorece a plena realização das personalidades, é o melhor e mais eficaz dos vetores do desenvolvimento”.

Na contemporaneidade,

a valorização cultural pode ser uma forma de tornar um lugar mais atraente para os turistas, mas acima de tudo, uma forma de tornar um lugar mais atraente para a própria comunidade local e assim aumentar sua auto-estima, reforçar seus laços de solidariedade e seu sentimento de pertença. (ALVES, 2005, p.153)

Já Verhlest (*apud* ALVES, 2005, p. 153), enfatiza que:

(...) a cultura exerce funções importantes na sociedade. Antes de tudo procura a auto-estima das próprias pessoas. A auto-estima é a condição *sine qua non* de qualquer forma de realização, quer seja pessoal ou coletiva. Sem um mínimo de consciência do próprio valor e de suas capacidades, sem uma confiança serena nos seus próprios recursos e meios, o indivíduo mantém-se inerte e sem voz, no sentido figurado ou mesmo, por vezes, no sentido literal.

Alves (2005) afirma que Patrimônio Cultural, seriam as manifestações da cultura, sejam elas materiais – artefatos, objetos, vestuário, arquitetura, produtos alimentícios, obras de arte, relíquias sagradas – ou imateriais festas, tradições, ritos, rituais, lendas, mitos, folclore, saberes e fazeres, receitas, línguas, dialetos e a própria filosofia de vida.

Com a preocupação de melhorar a imagem da cidade por meio do seu patrimônio cultural, o autor afirma que o patrimônio cultural deve antes proporcionar um benefício à população local do que aos turistas, como por exemplo, a construção de praças, jardins e museus ou a criação de corais e grupos de danças.

Por outro lado, para Ferreira (*apud* FUCKS, 2005, p. 50), o termo *patrimônio* pode ser entendido como “bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade”.

Sobre o patrimônio arquitetônico, pode-se considerá-lo como o principal objeto de manifestação cultural, contemplando, neste caso, toda a subjetividade que está inserida na monumentalidade dos imóveis.

Assim pode-se dizer que “a arquitetura é uma manifestação cultural das mais aptas a reter informações de conteúdo histórico”. (COLIN. 2005, p.85)

Isso se deve especialmente à sua capacidade de permanência ao longo do tempo. Muitas edificações então reconhecidas em seu valor histórico-cultural, têm

sua importância atribuída pela memória coletiva, por razões bastante específicas, abordadas pelos autores acima citados. Primeiramente, enquanto produto de determinada sociedade, elas são testemunho das suas práticas sociais e referências estéticas.

A seguir, as edificações podem assimilar um papel destacado de marco arquitetônico pelo fato de:

- terem sido palco ou mesmo cenário de algum episódio histórico-social marcante, ímpar ou mesmo curioso;
- terem abrigado funções destacadas ou servido de moradia para personagens ilustres, muitas vezes tendo sido construído especificamente para marcar feitos históricos e políticos, como no caso de monumentos e memoriais;
- possuírem qualidades específicas que despertem a atenção pela simplicidade, luxo, grandiosidade, estilo arquitetônico, estética ou outro aspecto histórico singular, cujo conhecimento é importante não apenas para atrair visitantes, mas também para o interesse e a consciência dos moradores com relação ao significado simbólico do seu patrimônio. (FUCKS. 2005. p.53);

Para sustentar a posição de Fucks, Pelegrini (1993, p. 29), citando Lemos fundamenta que,

[...] preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. [...] É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto. É fazer levantamentos de construções, especialmente decorrentes da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social, preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural.

O conhecimento *in loco* do patrimônio, desperta ainda mais a curiosidade pela sua história, pela cultura, modo de vida e de trabalho de seus protagonistas. Uma vez que “o conteúdo social” está sempre presente em um objeto arquitetônico, afirma Colin (*apud* FUCKS, 2005, p.47),

propicia-se a reflexão acerca das próprias origens e raízes culturais no passado, bem como o questionamento sobre a pluralidade dos contextos culturais e as desigualdades econômico-sociais presentes na sociedade.

Complementando as conceituações anteriores, entende-se que o Turismo, por ser um fenômeno social, pode ajudar a preservar o patrimônio cultural, bem como pode-se dizer que ele pode ocorrer de um processo de preservação do

patrimônio cultural já existente, sendo considerado como uma consequência da causa da preservação.

Causa ou consequência, os autores o abordam como elemento indissociável do tema cultural, e da preservação de bens culturais.

No entanto, ainda hoje, percebe-se que muitas comunidades não despertaram para a utilização, como recurso turístico e educativo, do seu *patrimônio cultural*, o qual é constituído pelos diversos aspectos materiais e imateriais da sua história e cultura. Engloba hoje, o *modus vivendi*, os saberes-fazeres, o artesanato, o vestuário nativo, a culinária e gastronomia, as moradias e arquiteturas típicas, os costumes e as particularidades da vida folclórica, das festas típicas e demais manifestações artístico-culturais, marcantes da localidade ou região. A potencialidade de tais recursos pode viabilizar o turismo cultural. (FUCKS, 2005, p. 47)

Para Funary&Pinsky (*apud* FUCKS, 2005, p. 48), o turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que pode ser caracterizado como *bem cultural*.

Para Kayser, (*apud* ALVES, 2005, p. 155),

o restauro de uma pequena igreja, de uma quinta, a renovação de uma praça da aldeia só farão sentido se provocarem um afluxo turístico, ou podem ser realizadas para o simples prazer, para a cultura dos habitantes? Porque uma das componentes principais da cultura é o ambiente cotidiano, que é agora, para quase toda gente, o patrimônio arquitetônico. A qualidade estética desse ambiente eleva o nível cultural dos habitantes.

Observando estes fatos, e aproveitando referências do estudo do autor acima mencionado, este trabalho, que pesquisou 20 imóveis de arquitetura civil na área urbana de Silveira Martins, pontuando os aspectos identificados com a análise estilística e o levantamento da história oral²³, é um subsídio para a compreensão do objeto de análise, bem como para as reflexões teóricas que constituem o trabalho como um instrumento de apoio à preservação do patrimônio cultural de Silveira Martins, integrando as intenções que justificam a proposta.

Por isso reitera-se a preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico no município de Silveira Martins, subentendendo que ela se dá por três fatores relevantes no momento. O primeiro porque a arquitetura de imigração é o principal elemento cultural existente no local, carente de políticas de preservação. O

²³ Reitera-se que os textos do levantamento da histórica oral foram trabalhados através dos dados levantados pelo instrumento de pesquisa em anexo, e também por anotações durante as entrevistas, tendo um caráter poético e agradável, para facilitar a leitura das informações e torná-las mais atraentes aos que visualizam as placas dos imóveis pesquisados, e já identificados.

segundo porque Silveira Martins, conforme pesquisa de inventariação através de levantamento e análise dos prédios de relevância histórica do município, possui um dos mais relevantes (em quantidade, diversidade e singularidade) acervos de arquitetura colonial de imigração italiana em alvenaria do Brasil. E o terceiro, porque é juntamente com a gastronomia e as paisagens naturais o maior atrativo turístico do município, chegando a formar sítios de interesse de preservação em áreas urbanas e rurais, tendo em vista a identificação destes inúmeros imóveis.

Neste contexto, e cientes que o processo de desenvolvimento de uma comunidade se dá através de vários fatores, sendo um deles a descoberta e a rememoração do passado, através das histórias existentes em ambientes nem sempre acessíveis ao todo, restringindo-se aos círculos familiares e contos de anedotas e acontecimentos importantes da comunidade, sugere-se a aplicação de uma proposta que permita exaltar/valorizar o passado da comunidade.

Cita-se no entanto, como exemplo, a (re)ação que o município de Silveira Martins obteve, durante os anos de 2005-2008, consistindo-se no que pode se considerar um incremento à esta proposta de valorização patrimonial, que convergiu sobre a criação de um novo Código Tributário, isentando o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) para os imóveis que mantivessem preservadas suas características (os mesmos que estavam identificados no levantamento e em uma abordagem junto à comunidade), buscando referenciar a memória dos prédios de relevância histórica do município, e permitindo a possibilidade de contar um pouco da 'história' local, trazendo à tona a 'memorialidade' de cada imóvel.

Considera-se esta ação também como uma forma de resgate histórico para a valorização, que na presença de um planejamento de ações, identificou que outro estilo de preservação patrimonial 'tradicional' não daria conta de conservar o objeto (pelo tempo hábil, pela burocracia, pela ausência de recursos e de técnicos, pela reação da comunidade frente ao modelo tradicional), buscando esta alternativa.

A justificativa do município para a aceitação deste modelo calcou-se no aproveitamento Turístico, tratando-o como uma atividade transestorial que impacta diversos segmentos da comunidade, desde o ponto de vista social, econômico e cultural. Para isso, situa o Turismo na história do município, como discorre-se no parágrafo seguinte, e coloca-o como o fator mais relevante para a preservação da arquitetura de imigração.

Na primeira metade do século XX, Silveira Martins atraía seus visitantes pela altitude e boa gastronomia, possuindo cinco estabelecimentos de hospedagem, e outros tantos restaurantes. Uma dinâmica econômica formou-se em torno desta realidade, colocando o pequeno distrito, historicamente conhecido como sede da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, em rotas comerciais de relevância no estado do Rio Grande do Sul, tendo na prestação de serviços e na agricultura sua epopéia econômica, que mesmo singela, foi bastante significativa.

Culturalmente, os reflexos desta época são latentes na arquitetura e na organização morfológica urbana e rural do município, tendo expressada na arquitetura boa parte da história desta época e também do início da Colônia Silveira Martins.

Após este afloramento econômico e cultural, Silveira Martins passa por uma forte estagnação econômica e social, que se quebra em 1989 com a emancipação político-administrativa. Este fato de infortúnio que transcorreu por meio século, fez com que boa parte das edificações e dos cenários de convivência fossem preservados, mantendo assim uma beleza bucólica que hoje torna a cidade um grande atrativo para atividades como cinegrafia, festivais de arte e cultura e é claro, o turismo.

Dessa forma, pontuando a importância de pesquisar a memória dos atrativos arquitetônicos de relevância histórica e afirmando que estes atrativos possuem um destaque significativo em relação aos demais atrativos turísticos de possível identificação, os estudos preliminares desta proposta apresentaram-se como um veículo para identificá-los e inseri-los no cenário turístico local.

A proposta/modelo utilizada pela prefeitura abordou igrejas, capitéis, cemitérios, casarios, salões, sobrados e outros, apontando que estes elementos enriquecem a paisagem geográfica, também composta pela mata nativa, a qual se encontra ainda preservada em algumas localidades – verdadeiro santuário da biodiversidade local. Este cenário, composto de cascatas, cachoeiras, flores, animais silvestres e domésticos característicos, mirantes com preciosas vistas, ajuda a compor um quadro favorável para o aproveitamento turístico.

Se a arquitetura de relevância histórica, a gastronomia, a exuberância da natureza e a hospitalidade deste povo de hábitos simples unificarem-se em prol do turismo, tem-se a concepção de um ‘produto turístico’, sustentando a preservação

destes imóveis como uma forma/ação para desencadear um processo de desenvolvimento turístico local.

Para afirmar isso, consideramos que o patrimônio cultural e 'arquitetônico' são grandes movimentadores de turistas no mundo inteiro. A Itália, um dos países que mais recebem turistas no mundo, tem como atrativos de maior significância os bens patrimoniais de cunho histórico-cultural, arquitetônico e religioso. Assim ocorre também em todos os países da Europa e também na maioria dos países do primeiro mundo.

O turismo cultural no sentido mais amplo seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto *turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.* (BARRETO, 1999, p. 21)

Conforme subentende Barreto, o turismo cultural não tem como atrativo principal os recursos naturais, mas sim os que foram feitos pelo homem, como é o caso de Silveira Martins que possui um rico patrimônio cultural retratado através de inúmeros prédios de arquitetura colonial (os quatro períodos, conforme Posenato²⁴, já preliminarmente citados em parágrafos anteriores), neoclássica e art déco, capitéis, igrejas de arquiteturas diversas, casarios, etc.

Estes monumentos culturais são adornados pela natureza, na sua forma mais pura, sem efeitos planejados, mas sob efeitos já consumados, que foram reais no passado e hoje se transformaram em patrimônios de importante significação para a localidade e para a preservação desta cultura pelos seus habitantes, sendo que o efeito da arquitetura com a natureza desvela um cenário muito atraente, e com capacidade para o desenvolvimento do local como um destino turístico.

Este modelo utilizada pelo município de Silveira Martins possui intencionalidades que vão além da simples preservação física dos imóveis através do desconto no IPTU e do resgate da memorialidade dos prédios. A intenção maior, ou seja, o objeto deste modelo de gerenciamento do patrimônio é 'sensibilizar' a comunidade, ao ponto de que ela busque a preservação por conta, e que as demandas de preservação não sejam tomadas/projetadas/emanadas somente pelo poder público, e nos moldes do poder público, mas sim que emanem da comunidade

²⁴ Júlio Posenato dividiu a arquitetura de imigração italiana no RS em quatro períodos, sendo eles o primário ou 'provisório', o secundário ou 'primitivo', o terciário ou 'apogeu' e o quaternário ou 'tardio'.

soluções mais ‘drásticas’ (como é o caso modelo de preservação patrimonial tradicional, através do tombamento), fazendo com que ela sinta a necessidade e solicite a garantia ‘legal’ para preservação de seus bens patrimoniais.

É possível dizer ainda que este modelo também pode ser considerada uma ação de preservação compartilhada, não por sua notoriedade, obviamente, mas por trabalhar em toda a sua construção técnica-pragmática com um objeto que vai muito além do patrimônio arquitetônico, estendendo-se e dependendo da posição/aceitação da comunidade, criando uma relação governo-sociedade, no momento em que se propõe trabalhar com a revelação da importância da preservação dos imóveis como um meio de manter viva a história do local, e das pessoas do local, e não da preservação como um fim, sem sentido, ou apenas para manter intactos ‘prédios velhos’.

Este objetivo não está claramente evidenciado nos objetivos da pesquisa com os imóveis de relevância histórica do Projeto Antenatti²⁵, do qual esta dissertação é uma continuidade, porém, a execução das ações oferece como resultados o envolvimento e a sensibilização da comunidade. Os objetivos da pesquisa consistem em levantar o patrimônio arquitetônico urbano do município de Silveira Martins que possui relevância histórica; pesquisar a data da construção, tipologia arquitetônica, quem construiu, quantas famílias habitaram o local, se os proprietários atuais são descendentes dos primeiros moradores, entre outros acontecimentos registrados nas imediações do imóvel, para incluir os imóveis em roteiros turísticos do município que contemplem o segmento cultural de Silveira Martins.

Ao todo, são 115 imóveis identificados pelo Projeto Antenatti, e destes, vinte foram trabalhados, considerando como critério para selecionar este recorte a relevância de utilização do prédio (pública ou comercial/industrial/de serviços) ou por ter pertencido à algum morador com relevante influência na memória da comunidade, tal como podemos citar Artemio Cervi, por exemplo.

Portanto, ancora-se o objeto desta pesquisa considerando, acima de tudo, a inexistência de documentos nos cartórios de Registro de Imóveis da região, quanto à compra e venda dos lotes e imóveis construídos ao longo da história de Silveira Martins. Para isso, este estudo propõe o resgate de alguns dados relativos ao

²⁵ Projeto de monografia do Programa de Pós-graduação em Gestão do Turismo Sustentável do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, que buscou preservar por formas diferentes das tradicionais o patrimônio arquitetônico da Ex-Colônia Silveira Martins, Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

patrimônio histórico-cultural, investigando a cultura material, resgatando a memória dos imóveis de relevância histórica, por meio do método da história oral, como uma forma descentralizada de gerir a preservação do patrimônio material, que neste caso, entende-se, deve se dar pela comunidade.

4 PATRIMÔNIO MATERIAL, PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE

Entende-se que a resultante deste trabalho, que buscou propor o reconhecimento da comunidade de Silveira Martins para com o seu legado histórico-cultural, materializado no patrimônio arquitetônico e na história que permeia e dá sentido humanístico e social à estes bens, atingiu seu objetivo, aspira-se que ele deverá ser amplamente promovido como instrumento educativo à comunidade, a fim de que esta possa estar crítica ao seu ambiente, seu *ethos*.

Neste sentido, este capítulo final aborda posicionamentos sobre o patrimônio tratando da sua condição como instrumento formador da sociedade, ou seja, educador, formador de uma comunidade consciente de suas origens e do porque de sua atual condição/situação social, e criticando-o na sua concepção epistemológica moderna, onde ele está dado como instrumento de sedimentação e consolidação do estado-nação moderno.

4.1 Crítica ao Patrimônio

Estaria o patrimônio a serviço da sociedade, no modelo de estado proposto? E para isso, deveria estar a serviço da cidade, que deve existir para servir à sociedade, onde, conforme Aristóteles, “o conceito de pólis estava associado aos fins que a totalidade do gênero humano deve ter em vista e dos meios que a razão indica para a consecução de tais fins.” Aristóteles ainda diz:

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens

são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todos estes objetivos e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política. (ARISTÓTELES, 2006, p.12).

Neste contexto, pode-se afirmar que

Tal conclusão que caracteriza a cidade (pólis) como a comunidade que tem por finalidade o soberano bem, fundamenta-se, como se pode observar, em três premissas: a) que a cidade é um certo tipo de comunidade; b) que toda comunidade é constituída em vista de um certo bem; c) que de todas as comunidades, a cidade é a mais “importante” (a soberana comunidade) e aquela que inclui todas as outras. Disto se depreende facilmente que o bem próprio visado por esta comunidade soberana é o bem soberano.²⁶

Buscando referenciar filosoficamente a relevância do patrimônio, bem como a sua relação com a cidadania, encontra-se o texto de Marcelo Bione (sem ano), que nos diz:

Segundo Sônia Marques (1995, p. 95), “Viver numa mesma cidade conduz cada vez menos, parece, à experiências coletivas comuns. Em outros termos, a cidade deixou de ser uma totalidade significativa. Daí a busca de outras espacialidades e de outras categorias capazes de dar conta das fragmentações identitárias, das particularidades, das diversidades: o lugar, os territórios, as morfologias, as tipologias, as praças, as ruas, as esquinas”. Com isso, Marques nos coloca questões importantíssimas para o entendimento da organização sociocultural nas áreas urbanas, nas quais não podemos empreender ações de cidadania se não admitimos a sociedade plural que se coloca nas cidades.

Neste caso,

Ser cidadão significa, dentre outras coisas, ter direitos e deveres. Exigir aqueles e cumprir esses. Quando a idéia da cidadania passa a permear, de fato, a estrutura social de um determinado país, a pessoa passa a ser sujeito de suas conquistas. Isso de fato ocorrerá, na medida que sejam respeitadas as diferenças socioculturais dos habitantes em toda a sua diversidade.

Ainda considerando a proposição filosófica de Aristóteles sobre cidade e bem social, aproveita-se para conceituar, mesmo que neste quinhão final do trabalho, alguns termos e questionamentos extremamente pertinentes à esta proposta, conforme posiciona-se Bione (sem ano), citando-o na íntegra.

²⁶ BIONE, Marcelo Mara. **Patrimônio cultural e cidadania**: conceitos, políticas e ações. Goiátuba: FAFICH, s/d.

O QUE É CULTURA? É o conjunto de atividades, modos de agir, costumes e instruções de um povo. É o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade. Cultura é um processo em permanente evolução, diverso e rico. É o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade, fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais.

Sobre patrimônio cultural, Bione diz que “o patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade”. E reafirma dizendo que este patrimônio deve estar inserido na vida do cidadão

inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade, estimulando o exercício da CIDADANIA, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. O patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo. O patrimônio cultural dos mineiros é o conjunto dos bens culturais de Minas Gerais, portadores de valores que podem ser legados às gerações futuras.

E por fim, questiona:

POR QUE PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL?

A principal razão é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material e espiritual e na garantia do exercício da memória e da CIDADANIA. A preservação visa a continuidade das manifestações culturais. (...) A comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. O patrimônio cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção, senão no interesse da própria comunidade, a qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

E por ser autônomo e cidadão, o ser social deve poder ter espaços para fruir, vivendo em sua plenitude como tal. Considerando isso, e que este trabalho consiste numa pesquisa onde a sua resultante objetiva ofertar para o turismo um lugar para ser apreciado, em sua integridade, e de várias formas, ou seja, para ser fruído, como diria Santo Agostinho (apud ALVES, s/d) “...nos parágrafos segundo e quarto do primeiro livro, que algumas coisas são para serem fruídas e outras para serem usadas”, ou seja, ofertar um lugar para ser fruído, não comprado/adquirido. Um lugar para ser “curtido” pelas pessoas, onde podem, mesmo o turismo considerando as relações econômicas como uma de suas premissas para a sustentabilidade de destinos e comunidades receptoras de turistas, haver relações e ganhos reais, que certamente serão indiretos, sem trocas monetárias. É uma proposta extraordinária

para uma sociedade que tem sua moral alicerçada no trabalho e na recompensa monetária. É a relação de uso por fruição de “um lugar de memória”, e não de compra.

E acrescenta Santo Agostinho que “as coisas que são para serem fruídas nos tornam felizes”. Filosoficamente, pode-se dizer que o turismo pode fazer atingir a utópica felicidade, já que permite poder *fruir!*

Neste sentido, este trabalho ainda considera que a relação turismo-patrimônio-sociedade, tratando o turismo não apenas como uma estratégia de promoção ou de oportunidade de geração de renda, mas como um fenômeno social que, através dos princípios da hospitalidade, promove o encontro entre pessoas de diferentes culturas, seja uma relação que também possa destacar Silveira Martins como um local para, além de outras coisas, ser fruído, e porque não dizer, onde as pessoas possam buscar momentos de felicidade.

O meio para isso seria o patrimônio cultural, que neste caso é representado pelo patrimônio edificado, ou melhor dizendo, pelo patrimônio histórico arquitetônico de Silveira Martins, ressignificado pelo seu passado oral, ou seja, seu valor imaterial.

Neste sentido, o turismo apresenta-se propositalmente como o elemento dinamizador de um processo de preservação da memória e da história, no momento em que necessita deste acervo para a sua existência como atividade sócio-econômica e como recurso para causar estranhamento e iniciar uma relação de alteridade. Enfim, o turismo apresenta-se como uma ação educativa para a preservação do patrimônio de Silveira Martins.

Diz-se isso considerando que as práticas de preservação do estado ainda são limitantes, e os programas de outros órgãos, como o Ministério do Turismo, por exemplo, que cria rankings para a inclusão de novos destinos que tenham como mote o patrimônio histórico-cultural, são induzidos pelas realidades já constatadas e acabam recaindo suas práticas para os mesmos sítios históricos já acolhidos pelo estado e suas políticas de preservação.

Aos novos, é muito difícil uma inclusão. Enquanto isso, muito da história do país se perde, e aí pode-se questionar: para que, por quem e por que criou-se/inventou-se o patrimônio, tal qual o conhecemos hoje, após a criação do conceito de nação?

Preservar a cultura seria uma boa resposta, certamente. Mas quando fala-se que a cultura é algo dinâmico e processual, não se atinge a resposta.

Então poderia ser para consolidar identidades? Certamente, se estas não fossem também coisas inventadas, processuais tal como a dinâmica cultural, podendo mudar de acordo com os meios e as relações entre estes e o sujeito social.

Mas então, talvez, seria para preservar as tradições? Sim, com certeza, mas que valor tem estas se, também são invenções da sociedade para reforçar a identidade escolhida em determinada ocasião, por determinado grupo social?

Enfim, a invenção do patrimônio, na sua origem, ainda reflete os mesmos princípios hoje. Ou seja, preservar para as futuras gerações o que parte da sociedade (neste caso, lembra-se que é a parte da elite dominante) fez no passado. Para isso, cria e usa instrumentos como a historiografia, e o próprio conceito de patrimônio para manter evidente os seus preceitos ideológicos.

Mas e as tradições e culturas populares? Elas hoje também são contempladas pelas políticas de estado para a preservação, porém, os fatos caem no ostracismo instantaneamente, até mesmo para a preservação de patrimônios materiais da cultura popular, como quando ocorrem casos que não compactuam as determinações das regras de preservação com a realidade social. São discrepâncias dos conceitos de cultura popular, que é a verdade absoluta das formas de vida social, da humanidade maciça, com a cultura erudita esquizofrênica do estado, que impõe verticalmente suas ações, e que pela própria tradição de ser assim, não revê seu posicionamento.

Faz-se necessário um repensar das formas de preservação. Se o patrimônio é o registro de um processo histórico-cultural da sociedade, e para isso, ao ser preservado pode reforçar a identidade de uma comunidade, conferindo-lhe significado e conseqüente auto-estima, não se pode pensar em promover um registro cultural nacional, nos termos que se afirmou anteriormente, de forma maciça/da humanidade maciça, com o atual modelo existente, proposto pelo estado.

É preciso ter na educação a permissividade para promover este tipo de sensibilização à sociedade, por mais difícil que seja, considerando ainda a não compreensão do significado deste tema como objeto de discussão junto aos currículos escolares. Talvez seja pelo fato de que a educação também se dá pelo estado, e que no momento em que referências culturais diferentes do modelo de educação (do modelo de estado) perpassarem as mentes docentes, poder-se-á construir um novo conceito de patrimônio, podendo este até questionar o modelo de

governabilidade que existe atualmente, se estará, para muitos, causando-se um desserviço à nação, desconstituindo marcos legais para construir referências reais.

Portanto reitera-se: é preciso repensar as propostas de preservação do patrimônio histórico-cultural arquitetônico. E por conseqüência, entende-se que uma das formas “não formais” de preservação é a relação de compensação fiscal aos proprietários destes imóveis, ou como se diz de maneira mais usual, “incentivos fiscais”, que geralmente recaem na isenção do IPTU por solicitação do proprietários, sem acarretar em alienação do imóvel por parte do estado, nem mesmo impor limitações às alterações destes, como prescrevem as leis de preservação propostas pelo estado, como as Leis de Tombamento.

Em Silveira Martins, um artigo no Código Tributário do município isenta, mediante solicitação do proprietário e análise de uma comissão intersetorial entre as secretarias de Planejamento, Cultura e Turismo e Finanças, por até 5 anos, todos os imóveis que possuem características de arquitetura de imigração, prorrogáveis por tempo indeterminado, desde que estejam em condições adequadas e respeitem alguns elementos considerados fundamentais, tais como cobertura, fachada frontal e fachada lateral à vista de casa imóvel.

Promove-se ainda, com esta crítica ao patrimônio, mesmo fazendo esta digressão ante o modelo social vigente, a possibilidade de estarmos educando através da prática turística, tendo esta como objeto a memória social de uma comunidade (neste caso a de Silveira Martins, no Rio Grande do Sul), apresentando um modelo de sociedade que pode ser sustentável e autônoma sem que seja omissa ou refém do trabalho, tendo-o como objeto de desgaste do homem, onde o turismo e o lazer apresentam-se como restauradores da fatigante operacionalização da vida, tal como ela é dada hoje.

Muito pelo contrário, se quer promover estes segmentos não como reflexos reparadores de um modelo que explora parte da sociedade em benefício de outra parte, ou seja, neste caso, da elite (a parte exploradora), e sim apresentando estas atividades, o turismo e o lazer, como práticas inseridas no próprio trabalho do homem como sujeito social, podendo este ter prazer em todo o seu cotidiano, e não apenas em momentos determinados, onde muitas vezes, a maioria sequer consegue pensar em atingir tal sensação (ou o que chamar-se-ia de benefício ou até de direito das gentes, mas essa talvez não seja a ocasião mais pertinente, ou permissiva, dentro da estrutura científica que limita/permite divagar apenas até aqui).

Sobre esta relação entre direitos, cultura, trabalho, lazer e sociedade, e abordando ainda a educação como elemento reflexivo à uma mudança deste modelo social existente, Lenea Gaelzer (1985) inicia sua “Ensaio à Liberdade” dizendo que

as origens da cultura tem sido atribuídas ao fato do homem primitivo ter desenvolvido e manifestado a sua criatividade espontaneamente. A dor e o prazer na existência humana oportunizaram as demonstrações espirituais e lúdicas quando, através da dança e do canto, os grupos sociais se afirmaram em pequenas células comunitárias na aldeia ancestral. Dando asas a sua imaginação e expressando-se no barro, na coloração de pigmentos, na madeira, na pedra e em outros recursos naturais, o homem pouco a pouco dominou o meio ambiente, decorrendo desse processo os primeiros progressos no sentido da tecnologia. Hoje os estudiosos da área social reconhecem que aquelas manifestações humanas que seguiram sendo desenvolvidas, com características diversificadas por diferentes povos, são expressões da *cultura popular*, a nível regional, em todos os países e continentes. Esta cultura, entretanto, despercebida por muitos e protegida por poucos²⁷, parece tender ao desaparecimento, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico que fez florescer a cultura de massa. (p. 19)

Em contraponto, não podemos dissociar a evolução da humanidade, que está baseada no trabalho, e que tornou-se a forma de provisão para sua sobrevivência, relacionando-a também às principais manifestações culturais. Mesmo com a natureza oferecendo tudo para a manutenção de uma sobrevivência humana na terra, o simples ato de “coletar” o alimento (fruto) ali posto é uma forma de trabalho. Já a forma/método de coletá-lo, e/ou prepará-lo, é uma manifestação da cultura deste homem.

Para isso, Krippendorf (2002, p. 20) pondera:

Não devemos nos esquecer de que esta mesma sociedade industrial nos trouxe vitórias sociais bem reais e um autêntico progresso. Ela nos libertou da pobreza. Ela nos propiciou a certeza estável de termos um teto acima da cabeça e de podermos satisfazer nossas necessidades vitais. Ela nos ofereceu bem mais, e não desejaríamos renunciar a tudo isso. [...] As conquistas do passado são uma realidade que não se pode mais apagar. É necessário aceitá-las e reconhecê-las como tais. Criticar o sistema é muito fácil quando nos encontramos sob a proteção segura das vitórias obtidas outrora.

Considerando essa relação coração-mente-manifestação (expressão-expressividade), que concebe o patrimônio cultural, e sobretudo o patrimônio histórico, Júlio Posenato (1983, p. 76), enfatiza isto ao seu elemento de pesquisa, ou

²⁷ Grifo meu.

seja, o patrimônio arquitetônico na imigração italiana do Rio Grande do Sul, onde diz que “na imigração italiana, a cada momento psicológico, corresponde um período distinto de arquitetura”.

A aprendizagem da importância do patrimônio pode qualificar a vida das comunidades, tendo em vista o despertar de um sentimento retórico que pode servir de elemento saudosista, mas também de referência para o seguimento de uma “nova evolução humana” em sociedade.

Os exemplos são inúmeros, e as considerações as mais louváveis possíveis. Porém, finalmente é importante e necessário considerar a relação sociedade-cultura-economia, e neste caso, a cultura abordada como patrimônio, mas também como aprendizado, educação. Por estes termos, é indispensável concluir que, conforme a abordagem da maioria dos autores, o turismo apresenta-se como um segmento econômico-social intrínseco à esta tríade científica, como elemento aglutinador e promotor da vinculação dos temas “preservação e desenvolvimento”, além de dinamizar o patrimônio como elemento de inclusão social, já que por meio do turismo, pode-se ofertar como produto os bens materiais e imateriais preservados, produzindo divisas às comunidades envolvidas. Mas neste caso, se vai mais longe, e afirma-se que além disso, o turismo pode ser o instigador do processo de preservação, pelo fato de que os outros (no caso os visitantes/turistas, em relação aos autóctones/visitados) valorizam o que poderia estar no ostracismo. Neste sentido o turismo assume um papel indutor na consolidação do patrimônio e da valorização da cultura, e o turismo cultural, numa nova versão, como instrumento construtor de uma sociedade mais digna.

Ainda, imagina-se que a Educação Patrimonial deve ser considerada não só como uma proposta de evocação da consolidação de cidadania, mas também como uma iniciativa que gera desenvolvimento social e econômico, tendo em vista, também, a consideração dos bens patrimoniais para uso turístico, além de consolidar em relações econômico-práticas as usabilidades deste patrimônio e desta cultura.

Assim, pode-se dizer que muito mais que um valor social, a cultura pode agregar um valor monetário às atividades de trabalho que visam alguma rentabilidade para o ser social, ou seja, agregar valor, como dizem inúmeros teóricos dessa área científica.

Mas o que ainda deve-se levar em consideração com bastante ênfase, e neste caso deve se retomar o início deste capítulo (quando diz que a cultura é processual e dinâmica, e que as referências abordadas pelo patrimônio devem servir para relegar condições à própria evolução da cultura como ação do ser humano no ambiente, ou como toda e qualquer manifestação no ambiente que não seja dada pela natureza), é reafirmar que o patrimônio arquitetônico existente em Silveira Martins é, muito mais do que simplesmente um cenário que constitui-se estética e arquitetonicamente interessante, por mais singelas que sejam as suas construções (e que mesmo assim possuem técnicas construtivas bastante significativas), mas sim um local que serve de referência para lembrar que o seu presente, e certamente boa parte do seu futuro, estão vinculados aos fatos de seu passado, fatos estes que deram-se dentro ou nos entornos destes bens edificados.

Ver e entender os 5 prédios ainda existentes que foram hotéis e tornaram promissora, pulsante e possível uma Silveira Martins “turística” entre os anos de 1920 a 1940 é a consolidação de um “lugar de memória” e sua função de reflexão da sociedade local para com o seu futuro.

Citando Isaia (1990. p. 47), “nessa época Silveira Martins teve o seu maior progresso econômico, social e turístico. O Prefeito de Santa Maria, Antônio Xavier da Rocha, que procedeu diversos melhoramentos na sede, dizia, no entanto “que o destino havia sido mais uma vez ingrato para com os silveirenses.” Referia-se à isso porque que o período de 1939-45, com a segunda-guerra mundial, que teve a Itália como inimiga do Brasil, “acabou sepultando os resquícios dos distantes desejos de autonomia do distrito”, que teve mais uma vez impossibilitada a sua emancipação política.

Enfim, este patrimônio anunciante de tantos acontecimentos passados, pode nos dizer ainda, no momento em que ao vê-los (os imóveis) pode-se recordar parte deste passado, para compreender a situação da Ex-Colônia que não se emancipou, o quanto os imigrantes reimigraram para Santa Maria, para conviverem num ambiente mais cidadão e, ainda conforme Isaia (p.46), “dedicando-se ao comércio de produtos coloniais. Começou assim a extraordinária influência italiana na economia de Santa Maria.”

Atualmente Santa Maria, conforme anunciam algumas entidades étnicas locais, tem 60% de sua população formada por descendentes de italianos, todos provenientes de Silveira Martins, e que também foram povoar outras áreas rurais do

município, da Região Central e do Estado, principalmente da metade Centro-Oeste do RS.

A absorção de toda esta gente também é um fator que imprimiu o retrocesso no desenvolvimento de Silveira Martins, juntamente com outros, como já foi citado em capítulos anteriores, tais como a questão da nomenclatura de seu patrono, ou ainda a morte do Pe. Antônio Sório²⁸.

Enfim, sujeito de sua própria história e dos rumos de sua condição, a comunidade de Silveira Martins, por estes motivos, e por outros tantos, preservou, além de seu dialeto vêneto, da sua gastronomia, da sua intensa espiritualidade, tanto religiosa quanto profana, também o seu passado arquitetônico, possuindo aí talvez um de seus poucos referenciais de pujança materializados, já que o povo (ou ao menos o povo que lá permaneceu) da vila, depois distrito, e desde 1989, do município, não protagonizou mudanças visíveis e materialmente palpáveis no seu cotidiano, tal como a consolidação de uma cidade mais dinâmica e moderna ou uma progressão urbana que lhe conferisse condições para isso, o que pode, ainda como diz Isaia (1990, p. 46), associado a um “temperamento místico e supersticioso dos colonos italianos, notadamente dos mais idosos [...]” ter transformado a comunidade “receosa a tudo que pudesse alterar-lhe a rotina.”

No entanto, mais uma vez, e tendo o fato como um antecedente histórico comprobatório de uma realidade diferente à atual, o Turismo apresenta-se como um dos fatores que podem ser transformadores dessa reclusão social da comunidade silveirense, tendo como principal atrativo o seu próprio povo e sua história, contada também através do seu legado arquitetônico.

Este estudo objetiva, sobretudo isso, evidenciando este legado através da educação e da sensibilização para a compreensão deste patrimônio, por meio da interpretação do objeto em análise, que consiste na arquitetura, ressignificada e, que posta em voga como opção de desenvolvimento da comunidade, por meio da utilização para vários fins deste legado cultural, prospecta ainda, e finalmente, a possibilidade de ter no turismo uma importante ferramenta ou estratégia de preservação do patrimônio cultural de Silveira Martins, mas reiterando, porém, que é deste patrimônio do povo, desta cultura popular, destas manifestações materiais e

²⁸ Ler mais em Silveira Martins: Patrimônio Histórico e Cultural, de Silvino Santin e Antônio Isaia (EST) e também O Crime do Padre Sório, de Luiz Eugênio Vésicio (UFSM)

imateriais, onde a valorização deste patrimônio também implica mudança, renovação, assepsia, evolução, novidade!

Enfim, quem sabe ainda o cenário não pode ser este:

Erguiam-se capelas ao longo das Linhas da Colônia e de tempos em tempos o cemitério da sede (construção promovida pelo Padre Antonio Sório em 1885) recebia o sepultamento de algum pioneiro dos tempos de Val de Buia. Enquanto isso, os admiradores de Giuseppe Garibaldi ergueram em 1910 um monumento em sua homenagem na praça que levou o seu nome.

Em 12 de outubro de 1918 a vila foi presenteada com uma agência do Telégrafo Nacional. A alegria foi enorme. O Hotel Bisognin, e mais tarde o Hotel Pippi, funcionavam a todo vapor, atraindo levas de veranistas ou de viajantes comerciais de Santa Maria, Porto Alegre e até de São Paulo, Rio de Janeiro e Montevideo. A vila atraía pelo seu excelente clima e pela famosa cozinha italiana dos dois hotéis. Aos domingos era tomada por centenas de colonos montados em cavalos, acomodados em carretas ou aranhas. As casas comerciais funcionavam durante todo o dia, suprimindo as necessidades semanais das famílias de longe.

As duas missas dominicais da matriz eram concorridíssimas. Ao longo da rua principal as montarias permaneciam amarradas nos cercados das casas ou em árvores. Findas as cerimônias religiosas, o espetáculo continuava no salão de refeições do Hotel Pippi, frete à Praça Garibaldi. Os colonos debruçavam-se, alegres e gritantes, ante fumegantes pratos de sopa de tripas. Com pão sovado e muito vinho da colônia. (Isaia, 1990. p. 47)

4.2 Proposta de Intervenção

4.2.1 Ação Educativa para a Preservação do Patrimônio: Proposta de promoção da importância do Patrimônio Cultural

A proposta final deste trabalho, sensível que a preservação necessita, como qualquer fato que objetiva educar sobre um tema, como é o da preservação da memória através da conservação do patrimônio cultural, de ações comunicacionais/promocionais, sugere que os resultados da pesquisa oral realizada com a comunidade seja evidenciada num resumido documento de linguagem facilitada e lúdica, atendendo todas as gerações e servindo como instrumento para a educação formal e informal, contendo também considerações conceituais sobre o aparato legal que o município oferece para incentivar a preservação do patrimônio, além de breves considerações abordadas nesta dissertação, a fim de comporem um

portfólio que possa apoiar a sensibilização sobre o tema proposto, que no caso é a preservação do patrimônio arquitetônico.

4.2.2 Turismo como Ação Educativa: Recuperação do olhar sobre a Cidade como um Lugar de Memória

Tendo em vista este prognóstico, e como ação propositiva complementar à anterior, apresenta-se a sugestão para a realização de passeios na cidade, contemplando a visita também a serviços como restaurantes, cafés, lojas de artesanato, e também a contemplação de paisagens naturais, tão ou mais preservadas e significativas que a paisagem construída. Tais visitas são destinadas, em primeira mão, à turistas, mas podem ser também consideradas como uma prática educativa se for utilizada pela comunidade.

Enfim, com este trabalho propõe-se a atividade turística como forma de valorização do patrimônio para sua preservação, apresentando brevemente uma sugestão de roteiro turístico que contempla o patrimônio edificado de Silveira Martins. Reitera-se que este roteiro está proposto como exemplo de um possível resultado final prático sobre o que está sendo refletido nesta dissertação.

Considera-se ainda que, por ser um município de grande atratividade turística, tendo em vista seu imenso e quase intacto acervo arquitetônico, aliado a um contexto muito significativo de outros elementos, incita-se que este estudo pode se tornar uma referência marcante para subsidiar o resgate e a manutenção do patrimônio arquitetônico de imigração italiana da Região Central do RS, bem como um modelo diferente de preservação destes bens patrimoniais, considerando-os como elementos para o desenvolvimento turístico.

Para tal, sugere-se a visita de uma jornada (um dia), iniciando pelos monumentos de Giuseppe Garibaldi e Obelisco do Cinquentenário, seguido da Edificação da Rodoviária (com visita interna), da Edificação da Casa Paroquial (com visita interna), da Edificação do Centro Cultural Bom Conselho (com visita interna), da Edificação do Clube Silveira Martins (com visita interna), da Edificação da Barbearia Tolfo (com visita interna). Um breve intervalo para almoço no Ristorante La Sorella (instalado na Edificação da Padaria Rizzatti),

continuando a visitação na Edificação de Nida Costa Beber (visitação externa e descanso no pátio da residência, sob a sombra de plátanos centenários), na Edificação da Padaria Rizzatti (com visitação interna e compra de farináceos e produtos coloniais), na Edificação do Café Silmar (estende-se a visitação para as instalações da extinta Fábrica de Fumos em Corda Guerino, aos fundos do imóvel) e na Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua, onde sugere-se uma apresentação artística com o Coral Masculino Nonno Modesto (a Igreja é imóvel levantando, e terá a explanação sobre sua história, porém, não integra esta pesquisa, já que a mesma não abordou arquitetura religiosa)²⁹.

Considerando o entorno turístico ordenado que se integra à este patrimônio, insere-se a Rota Turística e Gastronômica Santa Maria-Silveira Martins, que concentra em seu percurso além de muitos atrativos e serviços, um enorme acervo de arquitetura de imigração, tema abordado por este trabalho. E levando em consideração os preceitos da sustentabilidade, entende-se que para o desenvolvimento de uma comunidade é necessário que ela reflita sobre seu passado e sua história, seja ele de perdas ou de conquistas. Também pode-se dizer que esta reflexão pode ser conferida através da preservação do patrimônio histórico-cultural das sociedades, e certamente, as áreas de intenção de estudos devem ser aquelas que ainda mantêm preservadas material e imaterialmente acervos relevantes, e que possivelmente podem contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade.

²⁹ O critério para a ordem de visitação é apenas o de formar um circuito pela cidade, visitando alguns dos imóveis abordados neste trabalho.

CONCLUSÃO

Quando se começou este trabalho, ainda na disciplina de Gestão e Turismo, do Programa de Pós Graduação Lato Sensu em Gestão do Turismo Sustentável do Curso de Bacharelado em Turismo do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), não se imaginaria que ele poderia tornar-se objeto de pesquisa da monografia de conclusão do mesmo curso, e viraria o objeto de pesquisa da dissertação do Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Ainda, quando se propôs este trabalho como projeto de seleção para o mesmo mestrado, a intenção era ampliar o campo de pesquisa e investigar mais imóveis. Porém, o que de fato aconteceu foi que, no meio do caminho, conforme está dito na epígrafe inicial desta dissertação, “enquanto se vai indo”, os rumos mudaram, e uma pequena crise epistemológica instalou-se na mente do autor, que se questionou: para que existe o patrimônio?

Esta pergunta alimentou-se a cada disciplina do curso de mestrado, e cresceu a ponto de induzir o autor a leituras externas, que necessitava se ancorar em outras reflexões científicas correlatas que pudessem dar conta de uma explicação, que a priori, a produção da própria área de estudo não assegurava.

O resultado de toda essa inquietação é o próprio “corpo” deste trabalho, que buscou não mais explicar simplesmente o significado e a importância do patrimônio, como se isso já fosse algo dado, estabelecido, no sentido de positividade, de coisa boa, e que por isso necessita ser preservado, mantido, salvaguardado.

Insatisfeito, se buscou refletir as causas da existência do patrimônio, a justificativa para sua importância e uma crítica à sua concepção, considerando o modelo social em que vive a humanidade nos dias de hoje.

O resultado é um trabalho sem conclusão final. Ou seja, sem posicionamento final sobre o tema. Constitui-se sim numa reflexão considerável sobre o tema patrimônio e as possíveis relações que ele pode fazer com outras áreas da ciência, como a educação, o turismo, a sociologia, o lazer e a economia, por exemplo.

Não obstante, o trabalho ainda reúne uma pesquisa de campo, concebida através de pesquisas orais com moradores de Silveira Martins, de relevância significativa sobre registros do patrimônio arquitetônico deste município. Estes dados

podem até ser o próprio patrimônio da comunidade, já que são extratos da *memorialidade* (memória+oralidade) do lugar, e que associados ao acervo histórico arquitetônico conferem à Silveira Martins a distinção de ser um importante Lugar de Memórias, independente se estas memórias cabem no conceito de patrimônio, ou não.

As passagens deste trabalho por outras concepções epistemológicas, e que foram consideradas relacionadamente com o tema matricial, que neste caso é o patrimônio, possibilitaram verificar que nem todo povo tem um patrimônio, mas que todo povo tem a sua memória, seja ela material ou imaterial, e que esta memória é constantemente utilizada para referenciar o cotidiano das pessoas.

Neste caso, a memória de Silveira Martins está para, e está dada, no seu próprio espaço de convivência, ou seja, no seu *locus* do cotidiano, convivendo com a memória da comunidade, que por mínimos estímulos pode ser suscitada, fazendo de um simples diálogo uma conversa que em alguns minutos, conferirá à um dos sujeitos receber uma aula de história sobre o local, e o melhor de tudo, com o cenário dos fatos à sua frente, ou no máximo, à algumas passadas de onde se está.

Para tal, evocam-se algumas discussões com algumas reflexões que tratam da doutrina, ou melhor dizendo, da educação patrimonial, refletindo as posições entre um outro texto, que trata do lazer como uma condição social, e não apenas como um benefício necessário, merecido em abono à exploração do trabalho, em benefício à classe dominante; e o posicionamento de diversas obras publicadas por um dos mais significativos órgãos de preservação da memória social do país, o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria/RS (LEPA/UFSM), onde pode-se constatar que, mesmo quando os profissionais do patrimônio histórico-cultural denominam-se “militantes” da causa do patrimônio, frente às dificuldades impostas pelo estado, por meio de sua gestão burocrática, ou mesmo da sociedade, por meio de sua incompreensão para o tema, é possível apresentar exemplos de novas formas de abordar a preservação do patrimônio, como os exemplos trazidos nas publicações do LEPA, e como a conclusão deste trabalho, além de considerar tudo isso e transpor as próprias intenções, criticando o tema na sua base, ou seja, no significado do seu desígnio.

Assim, em breve análise aborda-se a essência de 7 obras que tratam do Patrimônio Cultural como objeto útil para a Educação da sociedade. São várias as

formas em que estes dois grandes temas, comuns aos livros abordados neste documento, ou seja, o Patrimônio Cultural e a Educação, são consideradas.

Alguns escritores expressam a temática Educação Patrimonial de forma bastante pragmática, ao exporem em relatórios suas experiências em campo, como ocorre no livro “Educação Patrimonial: Perspectivas”. No mesmo enredo, a publicação “O Patrimônio em Sala de Aula”, de Maurí Luiz Bessegatto apresenta um modelo – método de como trabalhar o tema do Patrimônio Cultural na Educação Formal, nas salas de aula, bem como suas relações com o meio social.

Ainda, porém abordando temas um pouco mais intrínsecos e reflexivos, a organização “As várias faces do Patrimônio” apresenta um apanhado de temas que vão desde considerações sobre a paleontologia, a comunicação e o turismo, até as significativas e profundas reflexões sobre o sentido e as relações entre memória e lembrança, e suas contribuições para a ampliação da compreensão sobre o entendimento do passado, da cultura e do patrimônio.

Na obra “Arte, Pré-História e Arqueologia no Brasil Central”, apresentam-se evidências de um significativo resgate de manifestações de povos que habitaram a região centro do Brasil. Já o livro “Patrimônio Cultural: Experiências Plurais” traz uma série de artigos que incitam a reflexão dos leitores sobre as relações que podem ser estabelecidas entre o tema patrimônio e a sociedade contemporânea, assim como incita a temática da Educação como elemento disseminador de uma nova postura frente ao significado do Patrimônio Cultural e seu papel na consolidação do desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida à humanidade. Além disso, a obra traz temas inovadores que se relacionam com a temática da Educação Patrimonial, qual seja o da espiritualidade e da energia, para singelamente exemplificar.

“Fios entre Memórias” trata-se de uma detalhada pesquisa oral, quase que etnográfica, representando considerações sobre o patrimônio imaterial, sobre a realidade rural das comunidades campesinas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E finalmente, a publicação “Povo dos Pinheirais”, que trata-se de um gibi infantil, lúdico e com forte caráter informativo sobre uma realidade remota do cenário de uma cidade que atualmente encontra-se em vias de estruturação urbana e que possivelmente não possuía referências sobre seu passado.

Assim, esta breve reflexão objetiva propor aos interessados pelo tema “Educação Patrimonial” a importância destacada que se deve dar ao assunto em

questão, quando estes dissertam uma abordagem crítica e/ou metodológica sobre os significativos trabalhos que abordam este segmento da educação, bem como sobre este método de preservação do patrimônio de uma sociedade. Entre todas as abordagens, resume-se que o tema necessita ainda deixar de ser uma proposta isolada de iniciativas experienciais ou prêmios de consolação às comunidades que são impactadas por bruscas manifestações do homem para com a natureza, ou para consigo mesmo, de onde se originam as motivações dessas obras, que consistem na sua maioria em relatos de experiências com comunidades que perderam seus referenciais do passado³⁰.

Mesmo assim, considera-se viável e louvável tratar o patrimônio cultural e/ou natural como uma estratégia de educação cidadã para o real desenvolvimento de uma sociedade consciente e crítica. Para isso, usa-se como referência comparativa, objetivando algumas considerações analíticas às produções que tratam do tema Patrimônio Cultural, Educação e Educação Patrimonial abordadas aqui, a obra vanguardista de Lenea Gaelzer (1985), intitulada *Ensaio à Liberdade – Uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*, que trata de questões que podem propor uma reflexiva relação entre os avanços tecnológicos, a preservação da identidade das sociedades e a educação como instrumento sensibilizador para a preservação da cultura popular, ou, ao contrário disso, como reprodução de um modelo social excludente e produtor de homens aptos a manterem interesses econômicos de uma determinada classe dominante.

Mesmo não tendo em sua essência o interesse em abordar especificamente o tema Educação Patrimonial, mas sim Educação para o Tempo Livre, que entendemos aqui ser uma proposta muito mais abrangente, o que possibilita considerá-la, o estudo de Gaelzer (1985) relaciona temas que tratam, de forma muito pertinente, a motivação que viabilizou as produções sobre Educação Patrimonial abordadas, quando relaciona temas referentes ao desenvolvimento econômico com abordagens retóricas sobre a origem da “cultura” e a relação homem-natureza-sociedade.

E não almejando propor uma situação inédita sobre nenhum dos temas em que se dispôs a abordar, considerando sê-los o turismo, o patrimônio cultural e a

³⁰ As leituras abordadas são obras patrocinadas por empresas de energia elétrica que impactam ambiental e culturalmente os espaços e as comunidades no qual financiam as pesquisas arqueológicas e historiográficas, como contrapartida ao delito promovido ao local.

consideração histórica sobre o município de Silveira Martins, afirma-se, sem constrangimentos que a proposta desta dissertação, ao atingir seus objetivos, consegue elevar a discussão sobre a importância do patrimônio, como registro do processo histórico social (usando como exemplo, neste caso, o registro do processo histórico da comunidade de Silveira Martins), ao primeiramente elaborar um registro de parte do seu processo histórico, através do resgate da memória oral, além de considerar a relevância do patrimônio como objeto de reflexão à educação da sociedade, no sentido de proporcionar subsídios à reflexão desta para com o seu meio. Neste ponto pode-se dizer que a discussão toma corpo, quando esta memória oral, ao ser disponibilizada à toda a comunidade através de estratégias de publicização, é considerada como instrumento de comunicação, informativo sobre o passado histórico-social do lócus em estudo, propondo tornar-se elemento base para uma educação comunitária mais reflexiva sobre o seu pretérito, no presente, buscando orientar suas perspectivas de futuro.

Tentando ainda construir esta relação, este trabalho coloca o patrimônio como elemento indispensável para a educação de uma sociedade, e para isso, afirma que a valorização ao passado, ao ontem, não por questões nostálgicas ou por beleza, mas sim pelo fato de ser o registro de um momento histórico já ocorrido, carregado de mensagens, pode suscitar, através da memória, fatos que certamente justificam muito da realidade do presente.

Esta, certamente, é uma contribuição considerável para o meio acadêmico que se dedica a estudar a sociedade, o patrimônio, a educação, a história e o turismo. E sem dúvida, é uma contribuição significativa para a comunidade estudada, sobre os seus referenciais e sua identidade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Heberton Fabrício Inocêncio. **Turismo e desenvolvimento: A dimensão cultural** – Serra da Mantiqueira (MG). Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

ALVES, Rubem. A arte de ensinar é uma necessidade para o homem. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, s/d.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BANDUCCI Jr, Álvaro. BARRETTO, Margarita. **Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica**. Campinas - SP: Papyrus, 2001.

BARRETTO, Margarita. **Manual de Introdução ao Estudo do Turismo**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. REJOWSKI, Mirian. **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papyrus, 2000.

BESSEGATTO, Mauri Luiz. **O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas**. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARTA DE ATENAS. Cidade: ICOMOS, 1933

COLIN, Sílvio. Uma introdução à arquitetura. In: **Turismo, Agricultura e Patrimônio** – São Lourenço do Sul (RS). Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

COLLINI, Stefan. Badly Connected: The Passionate Intensity of Cultural Studies. Victorian Studies. 1993. In: KUPER, Adam. **Cultura na visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CATROGA, Fernando. **Memória e História**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: SENAC-SP; SESC-SP, 2009.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria e Prática da Gestão Cultural**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2002.

ELGOZY, G. **O blefe do futuro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976. In: GAELZER, Lena. **Ensaio a liberdade – uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre**. Porto Alegre: Luzzato, 1985.

FARIA, Carlos Alberto de. **O que é planejamento?** Disponível em: <http://www.merkatus.com.br/11_artigos/56.htm - 12/10/2009>. Acesso em 12/10/2009.

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **A construção da imagem de Gaspar Silveira Martins – análise de biografias**. 2009. Monografia (Graduação em História)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. Novo Dicionário Aurélio – Séc. XXI. In: **Turismo, Agricultura e Patrimônio – São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela et al. **Modelos de Gestão**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

FONSECA, André Azevedo. **Diversidade Cultural promove diálogo e paz** (Usado como recurso didático em aula do Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM), s/d.

FROMM, E. Revolução da Esperança. Rio de Janeiro. In: GAELZER, Lena. **Ensaio a liberdade – uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre**. Porto Alegre: Luzzato, 1985.

FURTER, P. Educação e Vida. Petrópolis. Vozes. In: GAELZER, Lena. **Ensaio a liberdade – uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre**. Porto Alegre: Luzzato, 1985.

FUCKS, Patrícia Marasca. **Turismo, Agricultura e Patrimônio – São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). Turismo e patrimônio cultural. In: FUCKS, Patrícia Marasca. **Turismo, Agricultura e Patrimônio – São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

GAELZER, Lenea. **Ensaio a liberdade – uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre**. Porto Alegre: Luzzato, 1985.

GASTAL, Suzana. **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. 4. ed. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2008.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

ISAIA, Antonio; SANTIN, Silvino. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

ITURRIZA, D. et al. **Escuela de Arqueologia**. Catamarca: Universidad Nacional de Catamarca. Catamarca, s/d.

KAYSER, B. La renaissance rurale. In: **Turismo e desenvolvimento: A dimensão cultural –Serra da Mantiqueira (MG)**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2002.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MARQUES, Sônia. As Estratégias dos Lugares de Memória: um novo elo entre cultura e política. In: Estratégias de intervenções em áreas históricas. Recife: MDU-UFPE, 1995. In: BIONE, Marcelo Mara. **Patrimônio cultural e cidadania: conceitos, políticas e ações**. Goiatuba: FAFICH, s/d.

MILDER, Saul Eduardo Seiger. **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Palotti, 2006.

_____; POHL, Eva Camen Ribas; NOBRE, Chimene Kuhn. **Arte, Pré-história e Arqueologia no Brasil Central**. Santa Maria: LEPA, 2006.

_____. **O povo dos pinheirais**. (Gibi). Santa Maria: Palotti, s/d.

_____; SOARES, Fernanda Codevilla. **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM/LEPA, 2005.

_____. **Patrimônio Cultural: Experiências Plurais**. Santa Maria: UFSM/LEPA, 2005.

MOESCH, Norma Martini; MONTEIRO, Maria de Fátima M. C; ANTUNES, Vânia de Oliveira. **Turismo no meio rural: teorias, conceitos e a arte de saber-fazer**. Santa Maria: UNIFRA, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de índio**. São Paulo: Callis, 2002.

OLIVEN, George; MACIEL, Maria Eunice; BRUM, Ceres Karam. **Expressões da Cultura Gaúcha**. Santa Maria: UFSM, 2010.

PELEGRINI, Américo Filho. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fibra de Gaúcho, Tchê! **Revista Nossa História**, Dez./2003.

PIRES, Mário Jorge. Lazer e turismo cultural. In: **Turismo, Agricultura e Patrimônio – São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS. **Projeto Antenatti**. Resgate Memorial dos Prédios de Relevância Histórica de Silveira Martins, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008.

RIGHI, Jose; BISOGNIN, Edir; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Santa Maria: Est, 2001.

SCHUH, Marcos Batista. **Fios entre memórias**. Região de abrangência da linha de transmissão de energia elétrica Campos Novos/Santa Maria. Santa Maria: LEPA, 2005.

SPONCHIADO, Luiz. In: DE BONI, Luiz A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Est, 1990. 2v

TOFFLER, A. **Aprendendo para o futuro**. Rio de Janeiro. Artenova. In: GAELZER, Lena. **Ensaio a liberdade** – uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre. Porto Alegre: Luzzato, 1985.

VERHLEST, T. As funções Sociais da Cultura. In: Cultural e Desenvolvimento Rural. In: **Turismo e desenvolvimento**: A dimensão cultural –Serra da Mantiqueira (MG). Santa Maria: Facos/UFSM, 2005.

ZANINI, Marica Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria: UFSM, 2006.

FILÊMON E BÁUCIS. O MITO. Disponível em: <<http://www.geocities.com/athens/styx/4087/baucis.html>>. Acesso em: 23/04/2009

ANEXOS

Anexo 2 – Panfleto promocional do Projeto Antenatti da Prefeitura Municipal de Silveira Martins, no ano de 2008.



Preserve a sua casa e não pague o IPTU

Ajude a cuidar do patrimônio histórico do município e ganhe isenção no IPTU

Projeto Antenatti
Prefeitura de Silveira Martins

Curiosidade

As leis de preservação patrimonial, conhecidas no Brasil como Leis de Tombamento podem ser municipais, estaduais, federais e até mesmo internacionais (como é o caso dos Patrimônios Culturais da Humanidade, tombados pela UNESCO. Ex.: São Miguel das Missões/RS). Elas possuem este nome porque em Portugal existe a Torre do Tombo, que durante muitos anos foi o local onde os portugueses guardavam documentos e objetos da Família Real e da Nobreza para que no futuro permanecessem preservados. A Torre do Tombo ficou então conhecida como um lugar para guardar e preservar a história e a memória do país, como se fosse um Museu. Por isso as Leis de Preservação Patrimonial no Brasil chamam-se Leis de Tombamento, em referência a Torre do TOMBO!

Como fazer

- ↳ Para solicitar uma vistoria, faça o protocolo na Prefeitura Municipal.
- ↳ O prazo para o protocolo de pedidos para o ano seguinte é de 1º de Janeiro à 30 de junho do ano corrente, conforme artigo 212 do Código Tributário.
- ↳ Para receber os descontos até a isenção, o imóvel deve apresentar sinais de preservação de detalhes e boa aparência, tornando nossa cidade ainda mais bonita e atraente para turistas e visitantes.

Importante

Para os imóveis situados na zona rural, que não pagam IPTU, a prefeitura municipal disponibiliza apoio técnico e orientações através da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos.

Consulte-nos!

- ↳ Tire suas dúvidas com a Secretaria de Turismo na Rua Francisco Guerino, s/n - Praça Giuseppe Garibaldi, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h45min e das 13h às 17h15min, ou pelo fone (55) 3224-1431.
- ↳ Verifique as leis de preservação do município no site

Preserve o patrimônio e NÃO PAGUE IPTU!

A Prefeitura de Silveira Martins oferece aos cidadãos a possibilidade de receberem isenção no pagamento do IPTU pelos imóveis de relevância histórica que possuem características preservadas da arquitetura colonial italiana.

Por que?

O objetivo deste incentivo é para que a comunidade possa preservar os prédios antigos de nossa cidade. Construídos por nossos antepassados, eles tornam hoje Silveira Martins a cidade do Brasil com o maior número de casas de alvenaria em estilo colonial italiano.

Preservar o passado e garantir o futuro de nossa cidade!

A exemplo de outras cidades, como Antônio Prado, na Serra Gaúcha, que possui o maior número de casas de madeira em estilo colonial italiano, Silveira Martins tem nesse patrimônio arquitetônico um de seus principais atrativos turísticos. O turismo é uma das atividades econômicas que mais crescem no município, gerando emprego e renda para a cidade e revelando empreendedores que acreditam nessa nova alternativa econômica.

Faça sua parte e ganhe benefícios!

Veja como é fácil

O município possui duas leis:

↳ a lei nº 819/05, de 27 de outubro de 2005, que “institui os procedimentos de tombamento para a proteção ao patrimônio cultural paisagístico do município”. Esta lei serve para preservar, através do processo de tombamento, os imóveis e bens culturais que são muito importantes para a memória da cidade, viabilizando a captação de recursos estaduais e federais para a restauração, recuperação e conservação. O prédio do Colégio Bom Conselho é o único imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico do Município, através do Decreto Executivo nº 43/04 de 21 de Junho de 2004.

↳ a lei 894/06, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Código Tributário do Município, diz:

Art. 212 – são isentos do pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

VII – os prédios construídos em ESTILO COLONIAL ITALIANO, pelo período de 03 (três) anos a partir da carta habite-se;

VIII – os prédios, em caso de reforma, obedecido o estilo colonial italiano, na fachada, lateral à vista e cobertura, pelo período de 03 (três) anos a contar da data de vistoria da reforma, reconhecida pelo município;

IX – os prédios construídos na época da colonização do município, conservados e/ou

em perfeitas condições e sem alterações significativas em sua estrutura, pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data de vistoria da obra pelo município, a pedido de seus proprietários.

O que deve ser preservado

A arquitetura colonial italiana, também conhecida como arquitetura de imigração possui um estilo simples. Porém, qualquer alteração significativa faz com que os imóveis percam suas características, deixando de expressar a beleza e a história de nossos antepassados.

Os itens que mais identificam os imóveis de arquitetura colonial italiana são as aberturas (portas e janelas largas, geralmente com duas folhas e postigos que abrem para dentro), a cobertura (quase sempre em telha crua de barro capa-canal) e as simalhas (eira e beira, existentes na parte superior das fachadas para dar suporte ao início da cobertura, valorizar e embelezar os imóveis).

Sem estes itens, os imóveis acabam perdendo sua identificação e assemelham-se com construções modernas, descaracterizando o estilo colonial italiano.

Características do estilo colonial italiano

